

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS
FÓRUM DE ENTIDADES NACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS

RELATÓRIO PRELIMINAR DO
ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS 2005
Direito humano à comunicação: um mundo, muitas vozes

Relatório preliminar do Encontro Nacional de Direitos Humanos, realizado nos dias 17 e 18 de agosto de 2005, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados.

SUMÁRIO

Pág.

Membros da CDHM.....	
Funcionários da CDHM	
Integrantes do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos.....	
Apresentação	
Discurso da presidente da CDHM, Deputada Iriny Lopes	
Discurso do representante do FENDH, Ivônio Barros	
Carta de Brasília (documento final).....	
Relatórios dos Painéis	
Relatórios dos Grupos de Trabalhos	
Moções	
Textos referência para o debate.....	
Programação	
Participantes do Encontro.....	

MEMBROS DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

PRESIDENTE: **Deputada IRINY LOPES** (PT/ES) 11/07/2005 - última atualização

1º VICE-PRESIDENTE: **Deputado LUIZ COUTO** (PT/PB)

2º VICE-PRESIDENTE: **Deputado POMPEO DE MATTOS** (PDT/RS)

3º VICE-PRESIDENTE: **Deputado CHICO ALENCAR** (PT/RJ)

DEPUTADO	PARTIDO	EST.	GAB.	TELEFONE
CHICO ALENCAR	PT	RJ	848	3215-5848
IRINY LOPES	PT	ES	267	3215-5267
LUCI CHOINACKI	PT	SC	282	3215-5282
LUIZ ALBERTO	PT	BA	954	3215-5954
LUIZ COUTO	PT	PB	442	3215-5442
ORLANDO FANTAZZINI	PT	SP	579	3215-5579
SEBASTIÃO MADEIRA	PSDB	MA	405	3215-5405
PASTOR REINALDO	PTB	RS	438	3215-5438
LEONARDO MATTOS	PV	MG	914	3215-5914
MARIO HERINGER	PDT	MG	212	3215-5212
POMPEO DE MATTOS	PDT	RS	810	3215-5810
ALBERTO FRAGA	PFL	DF	321	3215-5321

SUPLENTE

DEPUTADO	PARTIDO	EST.	GAB.	TELEFONE
ADAO PRETO	PT	RS	271	3215-5271
ANA GUERRA	PT	MG	578	3215-5578
JOAO ALFREDO	PT	CE	566	3215-5566
LUIZ EDUARDO GREENHALGH	PT	SP	466	3215-5466
MARIA DO ROSARIO	PT	RS	471	3215-5471
ALCESTE ALMEIDA	PMDB	RR	902	3215-5902
BERNARDO ARISTON	PMDB	RJ	710	3215-5710
JAIROCARNEIRO	BL. PFL, PRONA	MG	420	3215-5420
EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG	540	3215-5540
JOÃO ALMEIDA	PSDB	BA	652	3215-5652
JOSÉ LINHARES	PP	CE	860	3215-5860
NILTON BAIANO	PP	ES	618	3215-5618
PAULO GOUVÊA	PL	RS	641	3215-5641
GERALDO THADEU	PPS	MG	248	3215-5248
ROBERTO FREIRE	PPS	PE	637	3215-5637
JOVINO CÂNDIDO	PV	SP	238	3215-5238

**SERVIDORES DA
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS**

SECRETÁRIO

Márcio Marques de Araújo

ASSESSORIA TÉCNICA

Augustino Pedro Veit
Carlos Magno Lisboa
Hugo Luis Castro de Mello
Juarez Aires Sampaio

ASSESSORIA DE IMPRENSA

Luciana Miranda Lima

SETOR ADMINISTRATIVO

Clotildes de Jesus Vasco
Aldenir Áurea da Silva
Maria da Consolação Soares
Maria Herlene Ximenes de Souza Oliveira
Sônia Palhares Marinho
Amarildo Geraldo Formentini
Sônia Hypolito Lichtsztejn
Luísa Paula de Oliveira Campos

SETOR DE INFORMÁTICA

Washington Carlos Maciel da Silva

SETOR DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

Juracema Camapum Barroso
Maria do Carmo Souza Santos
Ana Lúcia Dornelles
Norma Rejane Eaton

ESTAGIÁRIOS:

Ana Cristina Motta Ribas
Graziany Marques dos Reis
Ricardo Saboya Rocha Miranda
Carlos Alexandre Mota

**Comissão de Direitos Humanos e Minorias da
Câmara dos Deputados**

Fones: 55(061)3216-6570, Fax: 55(061) 3216-6580

E-mail: cdh@camara.gov.br

Home page: <http://www.camara.gov.br/cdh>

Câmara dos Deputados, Anexo II - Sala 185 - A
CEP 70160-900 - Brasília-DF - Brasil

Entidades Integrantes do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos

**FÓRUM NACIONAL DE ENTIDADES
DE DIREITOS HUMANOS**

www.direitos.org.br

ABONG – Associação Brasileira de Ongs - Nacional

Contatos: Jorge Eduardo Savedra Durão – Diretor Geral
Rua General Jardim, 660 - 7º - Vila Buarque
Cep: 01223-010 São Paulo - SP
Fone/fax: (55 11) 3237-2122
E.mail: abong@uol.com.br

ABONG - Escritório Brasília

Contatos: Mônica Nogueira - Coordenadora
SCS - Qd. 08. Bloco B-50. Sala 417
Edifício Venâncio 2000
Brasília-DF. CEP 70333-970
Tel: (61) 3226-9126
E-mail: abongbrasil@uol.com.br

AGENDE – AÇÕES EM GÊNERO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO

Contato: Andrea Mesquita, Deise Libardoni e Magali (061-9978-6082)
SCLN 315 Bloco B sala 101 – Brasília DF
Fone: 061-3273-3551 Fax: -61-3273-5801 -
E-mail: agende@agende.org.br magali.assessoria@agende.org.br

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS – AMB

Secretaria Executiva: SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia e
Coletivo Leila Diniz
ambleiladiniz@uol.com.br / fone: (84) 32019587
[e/ou para amb@soscorpo.org.br](mailto:amb@soscorpo.org.br) / fone (81) 3445 2086.

ABGLT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS E TRAVESTIS

Pres. Marcelo Nascimento
Contato: Márcio Koshaka e Elias Oliveira (061-9258-2403)
Tel.: 061-3225-6955 Celular: 061-9971-5339
E-mail: marcioshaka@uol.com.br elias.pt@bol.com.br

ARTICULAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO – ASA

Contato: Presidente- Valquíria Alves Smith Lima / Vice-presidente - Naidison de Quintela Batista

Rua Nicarágua, 111, Espinheiro, CEP 52020-190 Recife - PE

Central: (81) 2121-7666 / Fax: (81) 2121-7629

E-mail: asa@asabrasil.org.br

CARITAS BRASILEIRA

SDS Ed. Venâncio III 4º andar sala 410

Contato: Márcia Guedes Vieira

Fone:, 061-33257473 – 061-33257473 - 061-33253870 Fax:061- 32260701

E-mail: caritas@brasileira.org.br caritas@yawl.com.br

CENTRO DE ARTICULAÇÃO DE POPULAÇÕES MARGINALIZADAS-CEAP

Contato: Ivanir dos Santos (Presidente)

CEAP - Rua da Lapa, 200, Sala 809 - Centro

Rio de Janeiro - RJ - Brasil - 20021

Tel: 021-509-6771/4413

Fax: 021-509-2700

SOS Racismo: 021 -232-7077

E-mail: presidente@portalceap.org.br

www.portalceap.org.br

CENTRO DANDARA DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES

Rua Argentina, 500

Bairro Vista Verde

CEP 12223-000 São José dos Campos - SP

centrodandara@centrodandara.org.br

CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria

Contato: Íáris Ramalho, Myllena

SCS Qd. 2 Bl. C ed. Goiás sala 602

Fone:061-3224.1791 Fax:061-3328-2336

E-mail: cfemea@cfemea.org.br

CIMI - CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Contato: Eder Magalhães - Sec. Executivo

e Cláudio Beirão – Assessor Jurídico

SDS Ed. Venâncio III Bloco P nº 36 sala 309

Fone: 061-2106-1650 Fax: 061-3225-9401

E-mail: secretaria@cimi.org.br

COMISSÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DA OAB

Contatos: Evandro Vitoriano Elias

SAS Qd 5 Lote 1 BI M

Fone:061-33169657

E-mail: cnhdh@oab.org.br , Ilconsultores@br.inter.net (Joelson)

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPO DO BRASIL – CNBB

Contato: Dom Alberto Taveira Correa

Rua 93, nº 139 / Setor Sul 74083-120

Caixa Postal: 304, 74001-970 GOIÂNIA - GO

Fone: (62) 223-1854 / Fax: (62) 218-5056

E-mail: cnbbco@terra.com.br , politica@cnbb.org.br (Pe. Ernanne)

COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ

Contatos: Sueli Bellato e Francisco Witaker

SGAS Qd. 601 mód. ¾

CEP: 70.200-610

Fone: 061-3223-3512

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT

Contato: Luciano Wolf

Endereço: Travessa Amapá 261, Bairro Cerâmica

Caixa Postal 284 – CEP: 69908-970 Rio Branco Acre – BRASIL

Fone: (62) 212-6466 241 – 7976 Fax: (62) 212-0421

E-mail cptac@uol.com.br

COMUNICAÇÃO, SAÚDE E SEXUALIDADE – SOMOS

Contatos: Sabrina Santos Monteiro

Rua Voluntários da Pátria, 595/205

Porto Alegre - RS - CEP 90030-003

FONE/FAX: 51- 3286-7136

somos@somos.org.br

COMUNIDADE BAHÁ'Í DO BRASIL

Contato: Iradj Roberto (Secretário de Assuntos Externos) e Mary Caetana (9654.3929)

SHIS QL –08 902 casa 15

Fone: 061-3364-3594 Fax: 061-3364-3470

E-mail: secext@bahai.org.br

CONSELHO FEDERAL DA OAB

Contato:Roberto Antônio Busata – Presidente do Conselho Federal

Joelson Dias (representante da Comissão Nacional de Direitos Humanos no Fórum de Entidades)

SAS Qd. 05 - Lt. 01 - Bl. M – Brasília - DF

CEP 70070-939

Fone: (61) 3316.9600

E-mail: evandro.elias@oab.org.br

CONIC - CONSELHO NACIONAL DAS IGREJAS CRISTÃS

Contato: Gabrieli Cipriani, Pastor Ervino Schmidt, Madalena
SCS Qd. Bl. 3 Ed. Ceará Sala 713
CEP: 70303-900
Fone: 061-33214034/8341 Celular 061-99726998 Fax:061-3321-4034
E-mail: conic.brasil.@terra.com.br

COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇOS – CESE

Telefone: (71) 3336-5457 / 3336-5457
Fax: (71) 3336-0733
E-mail: cese@cese.org.br
Endereço: Rua da Graça, 164 - CEP: 40150-055 - Salvador - Bahia - Brasil
Caixa Postal: 041 - CEP: 40015-970 - Salvador - Bahia - Brasil

CRIOLA – Organização de Mulheres Negras

Contato: Lúcia Xavier - Coordenadora
Jurema Werneck - Coordenadora
Avenida Presidente Vargas 482, sobreloja 203, Centro.
Rio de Janeiro, RJ, 20071-000
Telefax: (21) 2518-6194/ 2518-7964
Endereço eletrônico: criola@criola.org.br

CUT- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Contato: João Felício - Presidente
Rua Caetano Pinto nº 575 CEP03041-000 Brás, São Paulo SP
telefone (0xx11) 2108 9200 - Fax (0xx11) 2108 9310
E-Mail: faleconosco@cut.org.br

CONECTAS DIREITOS HUMANOS

Contato: Oscar Vilhena – Diretor Executivo
Júlia Neiva
Rua Pamplona, 1197 casa 4
São Paulo-SP 01405-030
Tel. (011) 3884-7440 Fax. (11) 3884-1122
e-mail: julia.neiva@conectas.org

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL – FASE

Contato: Maria Elena (elena@fase.org.br)
Rua das Palmeiras, 90 - 22270-070 –
Botafogo – Rio de Janeiro - RJ
(0XX21) 2536.7350
e-mail: fase@fase.org.br

FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL

Presidente: **Carlos Fritzen, s.j**

Endereço: Rua Rodrigo Lobato 141, Sumaré,
Sao Paulo, S.P. Brasil CEP 05030-130
Tel.: 011-38645381
Fax: 011-38659761
E-mail do presidente: fyafritzen@terra.com.br
E-mail general: falegria@uol.com.br
fyabrasil@uol.com.br

GABINETE DE ASSESSORIA JURÍDICA ÀS ORGANIZAÇÕES POPULARES- GAJOP

Contato: Fernando Antônio dos Santos Matos – Coordenador Geral
Rua do Sossego, 432 - Boa Vista - CEP 50050-080
Fones: 081-3222-1596 - 3222-2036
Fax: 81-3223-0081
E-mail: gajop@veloxmail.com.br

GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA

Endereço: Rua Santa Isabel, 137 - 4º andar
Vila Buarque - São Paulo - SP
CEP: 01221-000
Fone: (11) 3333-3444
geledes@geledes.org.br
<http://www.geledes.org.br>

GRUPO DE APOIO À PREVENÇÃO À AIDS DA BAHIA – GAPA/BA

Rua Comendador Gomes Costa, 39 - Barris
Tel.: (71) 3328-4270 - Fax: (71) 3328-4623
CEP: 40070-120 - Salvador - Bahia - Brasil
gapaba@terra.com.br

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS - IBASE

Contato: Candido Grzybowski
Av. Rio Branco, nº 124, 8º andar -
Centro - Rio de Janeiro - CEP 20040-916 - Telefone: (21) 2509-0660
E-mail: candido@ibase.br

Escritório de Brasília

Contato: Ivônio Barros Nunes
SCS QD. 06 BLOCO A - ED. PRESIDENTE SALA 307 – BRASÍLIA-DF
Fone: 061-3321-3363 Fax: 061-3223-5702
E-mail: ivonio@rits.org.br

INSTITUTO DE ESTUDOS, FORMAÇÃO E ASSESSORIA EM POLÍTICAS SOCIAIS- POLIS

Contato: José Carlos Vaz – Coordenador Geral
Rua Araújo, 124

Centro - São Paulo - SP - Brasil

CEP: 01220-020

Fone: (11) 3258-6121

Fax: (11) 3258-3260

email: polis@polis.org.br, comunicacao@polis.org.br ou dicas@polis.org.br

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - INESC

Contato: Caio Varela

SCS Qd. 8 Ed. Venancio 2000 Bloco B sl 435

Fone: 061-3212-0200, 061-921- 4403 Fax: 061-3226-8042

E-mail: inesc@inesc.org.br christinas@inesc.org.br caiovarela@inesc.org.br

INSTITUTO FEMINISTA PARA A DEMOCRACIA – SOS CORPO

Contato: Maria Betânia Ávila

Rua Real da Torre, 593 - Madalena

Recife - PE

CEP: 50.610-000

Fone: (81) 3445.2086

Fax: (81) 3445.1905

E-mail: info@soscorpo.org.br

JUSTIÇA GLOBAL

Contato: Sandra carvalho 061-9987-6541

Tel.: (021) 2547-7391

Rio de Janeiro

Av. Nossa Senhora de Copacabana, 540 - sala 402

22.020-000 - Rio de Janeiro, RJ

E-mail: sandra@global.org.br

INSTITUTO DE FORMAÇÃO E ASSESSORIA SINDICAL RURAL “Sebastião Rosa da Paz” – IFAS

E-mail: ifas@ifas.org.br

INSTITUTO SÓCIO-AMBIENTAL – ISA

Contato: Márcio Santilli - Coordenador

Fernando Baptista - Coordenador

SCLN, 210, Bloco C sala 112

Brasília - DF

CEP:70862-530

Fone: (61) 30355114

Fax: (61) 30355121

E-mail: isadf@socioambiental.org

INSTITUTO PAULO FREIRE – IPF

contato: Moacir Gadotti – Diretor Geral
Salette Camba
Rua Cerro Corá, 550 Conj. 22 2º andar
São Paulo – CEP: 05061-100
Tel.: (11) 3021-5536 Fax: (11) 3021-5589
E-mail: ipf@paulofreire.org – salette@paulofreire.org

MNDH - MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Contato: Rosiana Queiroz (8153-6499) – Coordenadora Nacional
SEPN 506 BL. C Sala 34 subsolo
Fone: 061-3273-7320, 3274-7671 Fax: 061-274-7671
E-mail: mndh@mndh.org.br olmar@mndh.org.br rosiana@mndh.org.br

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA

HIGS 703, Bl. L Casa 42
CEP 700331-712 Brasília-DF
Fone: (61) 226-9634
E-mail: forumdca@brhs.com.br

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA

Contato: Marleide Rocha e Carla Guindani/Rio
SCS Quadra 06 ed. Carioca Sala 708
CEP: 70306-000
Fone: 061-3322-5035 (021) 2532-3409/2532-3444
Fax: 061-3225-1026
www.mst.org.br
E-mail: devea@terra.org.br carla@anca.org.br marleide@bsb.mst.org.br
pola@bsb.mst.org.br

ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS – FALA PRETA!

Contato: Glaucia Matos – Coordenadora Geral
R. Vergueiro, 434 • 3º andar
Aclimação - 01504-000
São Paulo - SP
tel.: (11) 3277-4727
E-mail: falapreta@falapreta.org.br

REDE DE INFORMAÇÕES PARA O TERCEIRO SETOR – RITS

Contato: Paulo Henrique Lima – Diretor Executivo
Rua Guilhermina Guinle, 272, 6º andar
Botafogo
Rio de Janeiro/ RJ - Brasil
CEP: 22270-060
telefone: (21) 2527-5494

fax: (21) 2527-5460

E-mail: rits@rits.org.br , plima@rits.org.br

PLATAFORMA BRASILEIRA DE DIREITOS HUMANOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

Contatos: Jayme Benvenuto Lima Jr.

Fone: (11) 9169-2046 celular (11) 31220-0269

Paulo Cesar Carbonari

Telefax: (054) 313-1352 313-7826-Res.

E-mail: paulo@berthier.com.br

TERRA DE DIREITOS

Contato: Darci Frigo (9987-4660)

R. José Loureiro, 464, 2º and, conj. 26 . – CEP: 80010-907

Curitiba- Paraná

Fones: (041) 232-4660

E-mail: frigo@terradedireitos.org.br

APOIO

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E
LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DO SENADO FEDERAL**

SUBSECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)

UNESCO

APRESENTAÇÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

Este é o relatório preliminar do Encontro Nacional de Direitos Humanos 2005 - Direito Humano à Comunicação: Um Mundo, Muitas Vozes, realizado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara (CDHM) e o Fórum das Entidades Nacionais de Direitos Humanos (FENDH), nos dias 17 e 18 de agosto, com o apoio da Subsecretaria de Direitos Humanos, Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Unesco e Universidade de Brasília (UnB), e teve lugar na Câmara dos Deputados, em Brasília. Participaram membros de organizações do Estado e da sociedade, entre outras pessoas ligadas à luta pelos direitos humanos.

Este documento preliminar não é completo, mas será rapidamente disseminado pelo País. Ele procura resumir as discussões dos painéis e grupos, contém os textos dos pronunciamentos dos representantes das duas organizações promotoras – o Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, além das moções e da Carta de Brasília, com a síntese dos consensos estabelecidos no Encontro. O Relatório definitivo a ser posteriormente publicado incluirá as transcrições das três plenárias realizadas nos dois dias de Encontro, entre outros documentos relacionados ao tema em discussão.

O Encontro manteve a tradição anual, criada pela parceria da CDHM com o movimento social e as organizações do setor, de ser um espaço nacional com a finalidade de avaliar a situação dos direitos humanos no Brasil, propiciar a troca de experiências e idéias, formular políticas públicas e desencadear mobilizações. A 9ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em 2004, deliberou que as conferências passariam a ser bienal, agendando a próxima para 2006. Enquanto na Conferência os participantes são eleitos em assembléias nos Estados, no Encontro participaram todos os interessados, sem condições prévias.

Para dar formato e planejar o Encontro, um Comitê Organizador integrado por representantes das entidades promotoras e apoiadoras reuniu-se semanalmente ao longo de três meses. Além de ter viabilizado um evento com participação e inclusão de todos os segmentos interessados, o Comitê possibilitou a coesão de diferentes atores da luta pelos direitos humanos, incluindo os que se mobilizam em torno do direito humano à comunicação.

O Comitê de Organização manteve na programação os assuntos de interesse permanente mas elegeu, como tema central da edição 2005, o **Direito Humano à Comunicação**, por sua atualidade e importância para a sociedade e para os diferentes segmentos da luta pelos direitos humanos.

Os temas dos Grupos de Trabalho corresponderam aos objetos de

documentos e visitas oficiais de monitoramento de direitos no Brasil este ano: Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher; Relatório da sociedade brasileira sobre a implementação do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos; Combate à tortura; Proteção aos defensores dos direitos humanos; Direito Humano à Comunicação; Violação dos direitos humanos na mídia: Educação e Comunicação em Direitos Humanos; Estado federal e implementação de tratados, recomendações e decisões de direitos humanos; Avaliação de políticas públicas de direitos humanos.

A avaliação do Encontro é positiva, não só pela presença e participação das 520 pessoas provenientes de mais de 200 organizações de todo o país. Foi possível a todos, ao longo dos dois dias de trabalho, interagir de forma produtiva e levar para suas comunidades e locais de trabalho um saldo de novas idéias, propostas, contatos e, sobretudo, novas possibilidades de ação conjunta com outros parceiros igualmente comprometidos em defender e promover os direitos humanos.

Há que se destacar nesse balanço, também, a valorização do direito humano à comunicação como direito humano, cuja incidência transversal confere-lhe importância crescente para a realização de todos os demais direitos. A Carta de Brasília, documento final do Encontro, destaca o compromisso assumido por todos os defensores de direitos humanos com a luta pelo pleno respeito ao direito à comunicação.

ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS 17 E 18 DE AGOSTO DE 2005

Discurso da Presidente da CDHM, Deputada Iriny Lopes (PT-ES)

Abrimos este Encontro Nacional de Direitos Humanos com um sentimento de alegria por estarmos todos juntos, companheiras e companheiros. De compartilhar essa oportunidade de trocar experiências e idéias, de constituir este espaço de formulação de propostas, de desencadeamento de mobilizações, de ação solidária e criadora.

Muitos dos que estão aqui participaram de algumas das nove conferências nacionais de direitos humanos já realizadas neste espaço. E devem estar se perguntando: em que se difere a conferência do encontro nacional?

Na nona Conferência, realizada no ano passado, com o suporte da Secretaria Especial de Direitos Humanos, foram modificadas algumas características. Os participantes foram eleitos em assembleias nos Estados, e as resoluções foram mais formalizadas, à exemplo das outras conferências setoriais. Por decisão plenária, as conferências passaram a ser bienais, dado o processo de preparação nos municípios e estados, que requer mais tempo.

Dialogando com companheiros das entidades integrantes do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos, percebemos, porém, que havia espaço e até uma expectativa de se realizar um encontro de âmbito nacional este ano. E aqui estamos, depois de um processo de organização que envolveu o Fórum de Entidades e a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, que anualmente tem se organizado como instância de preparação do encontro.

A diferença básica é que neste Encontro não há condições prévias de participação. Evidentemente que os relatórios com a síntese dos trabalhos serão amplamente divulgados, encaminhados a cada órgão do governo federal e estadual responsável por políticas públicas em direitos humanos, mas não há a oficialização própria da Conferência.

A organização do Encontro fez questão de manter na programação os assuntos de interesse permanente. Mas elegemos, como tema central deste ano, o Direito Humano à Comunicação, pela atualidade e importância para a sociedade e para os diferentes segmentos da luta pelos direitos humanos. E aqui cabe lembrar a contribuição dos professores da Universidade de Brasília, que mostraram a importância do Relatório Um Mundo, Muitas Vozes, como referência da comunidade internacional, a partir de um trabalho da Unesco, 25 anos atrás, do direito humano à comunicação.

Na realidade, a importância do direito humano à comunicação ganha destaque na mesma medida da importância da informação e da comunicação como insumo na vida contemporânea. Vivemos a Era do Conhecimento, vivemos o tempo da informação em tempo real. Este é o mundo da comunicação. A capacidade de receber e transmitir informação, de acessar os mecanismos que permitem expressar com liberdade a subjetividade, os interesses, as opiniões e a identidade cultural das pessoas e das comunidades é um direito vital, e dele depende a fruição dos outros direitos humanos.

Em que pese a relevância desse direito, ele é um dos mais vilipendiados e desrespeitados neste País. A imagem e o fazer da maioria da população, sobretudo dos grupos vulneráveis, estão submetidos a uma estrutura bastante fechada, com a grande mídia concentrada em nove ou dez famílias, uma tradição de manipulação da notícia e de engajamento, em maior ou menor medida, nos interesses do capital monopolista. Nossa mídia é muito avançada do ponto de vista tecnológico, mas extremamente antidemocrática na sua organização.

A campanha “Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania”, formada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, dezenas de organizações da sociedade civil, coordenada pelo deputado Orlando Fantazzini, consolida-se como um instrumento democrático e eficiente de defesa dos direitos humanos na mídia, de promoção da responsabilidade social por parte de anunciantes, produtores e concessionários de canais de televisão. Temos também o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, o trabalho de emissoras de rádio comunitárias, de Tvs públicas, comunitárias e universitárias. Mas ainda é pouco. É preciso criar e fortalecer instrumentos de luta por

esse direito. Não é uma tarefa apenas para profissionais de comunicação. É de todos os que temos compromissos com os direitos humanos.

A ampla incidência do direito humano à comunicação evidencia que os direitos humanos não são estáticos. Pelo contrário, se há uma característica imutável nos direitos humanos é o movimento constante que os animam, constroem e modificam. A História mostra que os direitos humanos evoluem como conquistas das lutas sociais, como resultado da conscientização de cada pessoa, que emerge da convivência na família, entre os amigos, na igreja, na comunidade. São fruto do acúmulo dos grupos sociais, das nações e da própria humanidade, titular dos direitos universais.

No mundo inteiro, cresce o processo de exclusão, de exploração e de desigualdades sociais. É o momento, portanto, de atualizar tarefas a serem empreendidas para que os direitos declarados e conquistados em lutas épicas da humanidade não sejam apenas uma utopia inatingível. É momento de dar concretude aos nossos ideais. Estou absolutamente convencida de que, sem romper a hegemonia do capital financeiro e superar a crise do modelo econômico que aí está, não haverá crescimento sustentável, nem desenvolvimento com igualdade, pois este modelo nega os recursos necessários para os investimentos sociais.

Nosso Encontro ocorre num momento de grande turbulência política, de uma crise na qual nossa estrutura política mostra o deprimente espetáculo de seu esgotamento, na forma de uma crise ética que atingiu o partido que vinha se constituindo numa referência dos valores éticos na política. Referência não só para mim, militante e deputada eleita pelo Partido dos Trabalhadores, mas de certa forma para toda a sociedade brasileira e para socialistas em todo o mundo.

Essa crise não ocorre à parte das nossas vidas e deste nosso Encontro. Além da preocupação que temos todos nós, brasileiras e brasileiros, como agentes políticos e membros da sociedade organizada, temos um papel importante na busca de caminhos e soluções. Nós que sempre fomos capazes de aglutinar forças de forma apartidária e pluripartidária, temos uma grande contribuição a dar ao País.

Direitos humanos são referência importante nos momentos de crise. Quando as utopias, as ideologias e os pactos políticos são questionados, os direitos humanos reafirmam seu valor universal, como referência a alimentar nossa esperança e nossa ação militante na busca de um mundo mais justo.

E aqui gostaria de lembrar uma frase de Mahatma Gandhi, que reflete bem o desafio que une a todos nós, comprometidos com os direitos humanos e um Brasil melhor: Disse Mahatma Gandhi: **“Seja você a mudança que deseja ver no mundo”**. Sim, amigas e amigos, temos uma parcela irrecusável na responsabilidade coletiva de superar a instabilidade política, no âmbito do estado de direito, que signifique a mais ampla revelação dos fatos, a efetiva punição daqueles que traíram a confiança da Nação, a aprovação de uma reforma política que restrinja ao máximo a influência do poder

econômico nos processos eleitorais e que acaba corroendo na seqüência a gestão governamental. É preciso trabalhar muito para que a crise possa, de fato, gerar novas oportunidades de ampliação dos espaços democráticos.

A ética é um tema nosso por excelência. Ela é inseparável dos direitos humanos, é condição para a vivência tanto dos direitos civis e políticos, quanto dos direitos econômicos, sociais e culturais. Que sejamos capazes, portanto, de contribuir, com nossa reflexão, nossa capacidade de lutar, na busca de caminhos para a superação desse momento.

Em meio à crise política, há uma agenda positiva, capaz de unificar nossos esforços e abrir para a militância em direitos humanos um canal de diálogo com a sociedade. Estou me referindo ao referendo sobre o desarmamento, que se realizará no dia 23 de outubro. Embora só tenhamos 67 dias, desde hoje até a data do referendo, é possível aproveitar a campanha não só para convencer a população da importância da proibição da venda de armas para reduzir a violência, mas para debater de forma mais ampla os meios de valorizar a vida.

Precisamos mostrar com números e evidências a enorme quantidade de vítimas das armas de fogo em crimes fúteis. Essa campanha nos dá a chance de conscientizar e mobilizar a população no combate à impunidade, na criação de mecanismos que distribuam renda e criem alternativas de sobrevivência dignas, na implementação efetiva de penas alternativas que desarmem o barril de pólvora que são as penitenciárias e delegacias deste país. A articulação entre o Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos continuará se reunindo, após este Encontro, para atuar na campanha. No sítio da Comissão na internet e no sítio de entidades do Fórum haverá muito material informativo e útil.

Quero apresentar agora, um apelo, que não é um apelo só meu. É um clamor de todas as organizações e parlamentares que lutam pelos direitos humanos no Brasil. Que este Encontro deflagre uma pressão democrática e uma forte articulação para recuperar a condição de Ministério da Secretaria de Direitos Humanos. O Estado democrático contemporâneo não pode admitir que a causa dos direitos humanos seja rebaixada.

Ainda que não haja descontinuidade nos projetos nem desmonte da estrutura da Secretaria, a perda de status de ministério afeta e reduz sua capacidade de ação. A redução de status tem, sim, consequências práticas. Quer queiramos ou não, é diferente a autoridade e o prestígio dos interlocutores que representam em nível de ministério daqueles que representam em nível de subsecretaria, independentemente das pessoas que estejam exercendo essa função.

Por isso quero adiantar aqui o objeto de uma moção a ser aprovada na plenária final e a figurar no documento deste Encontro, em defesa da reconsideração pelo Palácio do Planalto, no âmbito da negociação da Medida Provisória 259, de modo a restaurar a condição de ministério da Secretaria de Direitos Humanos.

A perda de status da Secretaria se torna particularmente complicada numa situação de atraso no repasse financeiro e demora na aprovação de projetos em direitos humanos. O corte realizado pela área econômica, de 53% do valor da proposta da Secretaria de Direitos Humanos, em sua fatia já modesta do Orçamento da União para o ano que vem, ameaça as políticas públicas do setor, particularmente esvazia o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente. Entendo que será um consenso desta plenária a defesa dos recursos indispensáveis para a execução dos programas em direitos humanos.

Se é necessário priorizar uma matéria em tramitação no Congresso Nacional, inclusive para receber a manifestação de todos vocês, creio que essa matéria é o projeto que cria o Conselho Nacional de Direitos Humanos. O projeto atualiza a composição do atual CDDPH, ampliando a participação da sociedade civil e dando maiores poderes como instrumento de implementação das convenções internacionais, mandamentos constitucionais e legislação que protege os direitos humanos.

Agradecimentos:

A todas as dezenas de organizações integrantes do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos, pelo empenho na organização deste Encontro;

Aos servidores da Comissão de Direitos Humanos, pelo trabalho para garantir o sucesso do evento;

À Comissão de Legislação Participativa, presidida pela deputada federal Fátima Bezerra, pelo apoio prestado;

Aos profissionais da Câmara dos Deputados responsáveis pela organização prática do Encontro, principalmente o pessoal da Secretaria de Comunicação Social.

Finalmente, quero conclamar a todos os presentes a fazermos deste Encontro um momento de reafirmação do compromisso de cada um de nós com nossos ideais. Não nos afastemos de nossos ideais. E que todos possamos sair daqui mais fortalecidos, com novas perspectivas, de um Brasil e de um mundo melhor.

Obrigada!

Discurso do representante do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos Ivônio Barros, na Abertura do Encontro

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e o Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos estamos realizando este Encontro Nacional de

Direitos Humanos para que as pessoas possam realmente se encontrar, trocar experiências, reforçar laços de confiança e criar novas redes de cooperação.

Para que possamos defender e garantir os direitos humanos é fundamental que a gente se encontre, que a gente reforce nossos laços de confiança e amplie nossa compreensão do mundo. É com o nosso encontro que vamos produzir uma verdadeira cultura da tolerância e da paz. A luta pela garantia dos direitos humanos é especialmente difícil no Brasil. É uma luta travada todos os dias, em todos os campos. Uma luta que nos exige muito. De muitas e de muitos, exige-se a vida. Nosso bem mais precioso.

A polícia britânica cometeu, semanas atrás, uma violência bárbara contra um brasileiro. Matou o Jean Charles, um jovem trabalhador que sonhava com um futuro melhor. Mas isso não comoveu o país. No Rio de Janeiro são mortos, em média, três Jean Charles por dia pela polícia que os acusa também de serem bandidos. Em São Paulo esse índice é um pouco menor, mas nem por isso menos bárbaro e atroz. A polícia no Brasil ainda é instrumento dos poderosos para a garantia da desigualdade e da garantia da obediência. Nossas delegacias e penitenciárias são continuidade do Tronco e das Senzalas.

Era mais fácil a luta contra o racismo na África do Sul. Lá o racismo não chegava ao grau de sofisticação do Brasil. Aqui ele existe e é tão forte que destrói nossa alma e nos corrompe a todo momento, e muitos ainda acham que não há racismo no Brasil! Existe sim e ele é muito forte. Tão forte que consegue convencer que não existe.

As sociedades indígenas continuam sendo massacradas, agora não de forma tão escancarada, mas nem por isso menos violenta. Morrem homens, mulheres e crianças indígenas por fome de comida, por fome de terra, por fome de respeito.

As empregadas domésticas ainda são consideradas trabalhadoras sem direitos. Ainda não conquistaram o direito à jornada de oito horas, não têm os direitos trabalhistas plenos ... e a sociedade acha isso natural, normal.

Continuamos convivendo com a escravidão. Comemora-se todos os dias o grande e valoroso trabalho que o Ministério Público do Trabalho realiza libertando trabalhadores em situação de escravidão nas fazendas do interior do Brasil. Na verdade, em vez de comemorar, deveríamos ter vergonha com o fato de ainda existir escravidão.

Em São Paulo, nossos irmãos e irmãs bolivianas e peruanas estão sendo aliciadas e trabalham em fábricas de roupas em condições iguais aos dos trabalhadores no século dezoito. Fogem da miséria para cair na opressão.

A prostituição infantil está presente na maioria, senão em todas as capitais de nossa costa. Ainda é mercadoria de atração do turismo. Não há como entender que todo o sistema de Conselhos Tutelares, Juizados da Infância, Polícias Civil e Militar, entidades da sociedade e do Estado não tenham alguma condição de agir e eliminar essa condição degradante da infância.

Nós somos defensoras e defensores de direitos humanos. Colocamos nossa vida em risco. Não somos reconhecidas ou reconhecidos, mas nem por isso desistimos.

Somos homens e mulheres desaforadas, exigimos nossos direitos e os direitos dos outros e das outras. Queremos igualdade no tratamento, igualdade nas oportunidades. Queremos o respeito à nossa diversidade.

Queremos falar e ser ouvidas. Esse é um dos lados desse polígono que é a comunicação nos dias de hoje. Queremos fazer reconhecer nossa cultura, nossos direitos, nossa voz.

O direito humano à comunicação é, em primeiro lugar, o direito à existência e o direito a mostrar essa existência, cultural, material e social. É o direito à cultura. A ter uma, a desenvolver a sua cultura própria, de grupo, de sociedades, de povos que vivem em um mesmo território.

Metade das crianças que freqüentam as escolas, depois de quatro anos indo todos os dias às aulas, segundo dados oficiais do Ministério da Educação, ainda são analfabetas. A essas crianças estamos negando o direito à cultura, ao saber, ao mundo, à liberdade.

Hoje vivemos em um mundo onde a comunicação é um instrumento de poder enorme. Por isso se tenta a todo o momento evitar que os pobres, as comunidades indígenas, os afro-descendentes, os movimentos sociais tenham acesso aos meios de comunicação. É absurda a violência do Estado contra as rádios comunitárias. Precisamos nos mobilizar para barrar essa violência. Mas não é só, precisamos ter rádios comunitárias livres, televisões abertas, acesso à internet ... precisamos que nossas escolas sejam lugares onde se alfabetize não somente nas letras, mas também no domínio das tecnologias da comunicação e da informação.

Estamos aqui para lutar. Nós somos desaforadas(os). Não obedecemos à ordem de ficar quietas(os) no nosso canto.

Este é o espírito de nosso viver, de nosso conviver, que pretendemos seja sempre a marca de nossos encontros, de nossos espaços de articulação.

Hoje e amanhã, estamos todos e todas convidadas a tomar conta desses espaços no Parlamento, para discutir como vamos tomar conta dos espaços lá fora.

Em nome das entidades de direitos humanos da sociedade civil, quero agradecer o esforço de todas e todos vocês em virem aqui e quero ver nesse esforço uma demonstração de nosso amor e carinho com todas aquelas defensoras e aqueles defensores de direitos humanos que foram mortos, assassinados, que deram a vida para garantir os direitos humanos de todos nós.

Vamos homenagear essas pessoas, juntando mais ainda nossa força, lutando com mais

garra, avançando ainda mais na conquista dos direitos humanos!

CARTA DE BRASÍLIA

Documento final do Encontro Nacional de Direitos Humanos - 2005

Direito humano à comunicação: um mundo, muitas vozes

DIREITOS HUMANOS DEVEM SER PRIORIDADE

Após dois dias de Encontro, em que nós, militantes, defensoras e defensores de direitos humanos, parlamentares comprometidas(os) com as causas populares, servidoras e servidores públicos de instituições federais, estaduais e municipais, compartilhamos experiências e produzimos subsídios para a formulação de políticas públicas destinadas a consagrar o direito à comunicação como direito humano fundamental e de fazer avançar a implementação do conjunto de direitos humanos; avaliamos o Encontro como um valioso momento de convergência e projeção de idéias para o planejamento e a construção de um sistema de comunicação livre e plural, que assegure a difusão das muitas vozes deste País.

Declaramos que:

1. A Comunicação é um direito humano que deve ser tratado no mesmo nível e grau de importância que os demais direitos humanos. O direito humano à comunicação incorpora a inalienável e fundamental liberdade de expressão e o direito à informação, ao acesso pleno e às condições de sua produção, e avança para compreender a garantia de diversidade e pluralidade de meios e conteúdos, a garantia de acesso

eqüitativo às tecnologias da informação e da comunicação, a socialização do conhecimento a partir de um regime equilibrado que expresse a diversidade cultural, racial e sexual; além da participação da sociedade na definição de políticas públicas, tais como conselhos de comunicação, conferências nacionais e regionais e locais. A importância do direito humano à comunicação está ligada ao papel da comunicação na construção de identidades, subjetividades e do imaginário da população, bem como na conformação das relações de poder.

2. O direito de ter voz e de se fazer ouvir vincula-se à necessária existência de um sistema que viabilize o exercício da liberdade de expressão mediante o acesso à uma mídia livre e pluralista que faça distinção entre opinião e relato dos fatos; respeite e incorpore as diversidades étnicas, raciais, sexuais, culturais, regionais e das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; que atue na educação em direitos humanos e na difusão de informações sobre as questões políticas, sociais, econômicas e culturais de maneira veraz e ética, em processos institucionais que tenham efetiva participação da sociedade e controle social. O monopólio e o oligopólio em todas e em quaisquer partes dos ramos institucional e empresarial das comunicações é impedimento e barreira para o exercício desse direito humano.
3. É necessário o reconhecimento do racismo, sexismo, xenofobia, homofobia e lesbofobia, preconceito religioso e as outras formas de intolerância existentes na cultura brasileira, que se reproduz na mídia e nas instituições educacionais, para exigir mudanças radicais no estatuto das comunicações, na publicidade e nos instrumentos de difusão e educação. É imperiosa a presença efetiva, global e representativa da diversidade cultural e da riqueza intelectual e simbólica dos homens e das mulheres afro-descendentes e indígenas.
4. Verificamos que os direitos humanos ainda não estão considerados como base para a formulação das prioridades governamentais. E um conjunto significativo de atividades, ações e programas de direitos humanos essenciais para a sociedade não tem recebido prioridade na formulação do orçamento da União, nem estão incorporados na preocupação dos dirigentes governamentais.
5. Consideramos atentados aos direitos humanos e à dignidade humana os atos de corrupção, desvio de recursos públicos, má aplicação do orçamento e a alocação de 70% dos recursos da União para o pagamento do serviço da dívida pública. A corrupção retira recursos que poderiam estar salvando vidas, garantindo futuro melhor a crianças e adolescentes, alimentação saudável, segurança pública, educação universal, saúde, empregos e as reformas urbana e rural. O controle e a participação social, o acesso à comunicação, à informação e aos documentos, bem como o Estado laico são fundamentais para a construção de políticas públicas que efetivem direitos. A superação desse quadro requer a construção de um novo modelo econômico e político, pautado na promoção dos direitos humanos.
6. A sociedade brasileira terá em outubro a grande oportunidade para reafirmar o direito à

vida, sinalizando, com o voto a favor do desarmamento, que o Brasil pode ter políticas públicas que privilegiem a paz e uma cultura de não-violência. São jovens, na maioria negros, que estão perdendo as vidas, assassinados com armas de fogo e pelo acesso fácil a armamentos e munições. Votamos *Sim* e conclamamos todos e todas a votarem em favor da vida.

7. O rebaixamento da condição institucional da Secretaria Especial de Direitos Humanos representa simbolicamente a falta de prioridade dos direitos humanos na agenda governamental e dificulta a articulação programática do órgão dentro do Poder Executivo. Apelamos ao Presidente da República que reveja sua posição neste sentido e faça retornar a Subsecretaria de Direitos Humanos à sua condição política anterior.
8. Reafirmamos que é imprescindível a construção do Sistema Nacional de Direitos Humanos conforme deliberação da IX Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em 2004.

Brasília, Câmara dos Deputados, 18 de agosto de 2005.

RELATÓRIOS DOS PAINÉIS

17/08/2005

Painel Principal

Nova Ordem da Informação e Direitos Humanos: trajetória histórica do conceito

Coordenador:

Professor Murilo César Ramos (Lapcom-Universidade de Brasília)

Expositores:

Marco Antônio Rodrigues Dias (Universidade das Nações Unidas)
José David Salomão Amorim (lesb)

Debatedores:

Cicília Peruzzo (Intercom) e
Luiz Gonzada Motta (Núcleo de Estudos de Mídia e Política – UnB)

Relatório

Murilo César Ramos apontou a importância da discussão do direito a comunicação não ficar centrado nas corporações profissionais nem de maneira meramente instrumental. Contextualizou a construção do relatório Mac Bride, resultado de mais de 20 anos de debate em âmbito mundial sobre a questão da Comunicação. Depois da sua publicação seria o documento mobilizador das discussões sobre direito em comunicação. Com a

conjuntura posterior, foi “assassinado” pela políticas neo liberais, pelo esvaziamento da UNESCO (Estados Unidos, Japão e Inglaterra). Graças a este documento.

O professor da Universidade das Nações Unidas, Marco Antônio Rodrigues Dias, destacou a utilização de novas tecnologias como forma de acesso a cultura, apesar da alienação e desconhecimento de informações, como o próprio relatório MacBride é desconhecido. Aprofundando um pouco no relato da construção do relatório, ressaltou a dificuldade de se fechar um consenso sobre os assuntos a serem tratados. Basta falar que por parte dos estado-unidenses se criticou a questão de “preconceitos ao mercado”, enquanto no lado dos Russos se questionou tanto o “excesso de ocidentalidade” quanto à inexistência do Direito à Comunicação no direito internacional.

Por fim, o professor Marco Antônio alertou para o embate entre as diferentes diversidades culturais (de diferentes países) com a Indústria Cultural dos Estados Unidos, neste último caso detentora dos meios de circulação dos bens culturais. Nisso, cabe o alerta para a necessidade de não tratar comunicação e cultura como serviços e, como tais, situados no âmbito da Organização Mundial de Comércio.

O professor José David Salomão Amorim recuperou a agenda da discussão de direito a Comunicação, com um pouco do histórico da discussão. Ele falou que, na década de 1970, houve o fim do processo de colonização mundial, com a emergência dos países não alinhados e a reorientação política da UNESCO, posições antes progresistas realinharam-se. Foram neste campo que foi construído o relatório MacBride. O relatório antecipou de várias questões, como a idéia de política de comunicação vista de forma coletiva, principalmente no âmbito da participação pública. Foi citada também a modernidade da constituição brasileira de 1988, para além da não efetividade de muitos aspectos no campo da comunicação até hoje, e que nos últimos 15 anos as possibilidade de políticas de viés essencialmente econômicos, desto desta perspectiva colocando no ponto central da sociedade o poder da comunicação. No fim, o professor Salomão Amorim disse que o que pode acabar com o estado das coisas é a massa crítica dos cidadãos.

A diretora do Intercom, Cecília Peruzzo. Rearfirmou a questão de serviço público... Alteração do conceito do Direito a Comunicação, definido como o direito ao acesso e da produção de comunicação, no sentido que os cidadãos (organizados ou não) a protagonizem. Entrelaçou o direito a comunicação como um direito a cidadania, relacionando com a questão da inclusão digital não ser encontro da cidadania. Relacionou com a campanha CRIS, que trabalha o empoderamento dos cidadãos enquanto articulação mundial. Colocou como tal fator, vem modificando, mundialmente, o conceito de cidadania, liberdade de expressão e perspectiva de direito coletivo. Além da questão de respeito das diferenças. Citou a questão de exemplo das rádios comunitárias como exemplo possibilidade de exercer o direito a comunicação (e no que implica as questões de cidadania, como está dentro da constituição e exercendo serviço público de comunicação) e como podem ser prejudicados por quererem exercer este direito (as rádios sendo fechadas...)

O professor da Universidade de Brasília Luiz Gonzaga Motta, relacionou os históricos colocados anteriormente com o conflito na área da comunicação. Principalmente na hora de democratizar. Colocou, neste sentido, os conflitos nos anos 70, entre progressistas e conservadores. Estes últimos resistem e cedem e várias questões relacionadas aos movimentos sociais, MENOS na questão da comunicação, pois em “mãos perigosas seriam” seriam perigosas. Vide a constituinte de 88, em que a única comissão que não terminou em seu prazo foi a que envolvia comunicação.

Colocou os avanços das rádios comunitárias, na área de legislação, que no momento é impeditiva. Motta colocou a necessidade de ocupar estes espaços para que se trabalhe estas questões. E mais do que isto, criar movimentos de sensibilização de setores da sociedade para trabalhar estas questões. O sentido é de fortalecer os movimentos que trabalham estas áreas. É preciso criar e fortalecer os movimentos sociais que trabalham esta questão da democratização da comunicação.

Relatório do Painel 2 – A Importância da Comunicação na Educação em Direitos Humanos

Coordenadores:

Dep. Leonardo Mattos (PV-MG)

Sra. Maria de Nazaré Tavares Zenaide (CFP)

Palestrantes:

Ricardo Henriques – SECAD/MEC

Aida Monteiro – Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos

Washington Araújo – Senado Federal

Relatório

Abertura dos Trabalhos pelo Coordenador, o Deputado Leonardo Mattos. O mesmo ler a minuta do painel, justifica a ausência da outra convidada como debatedora. Passa inicialmente a palavra para Dr. Ricardo Henriques.

O representante da SECAD trata dos aspectos da interdependência, da singularidade e da multiculturalidade na construção conceitual sobre os direitos humanos. Situa a dívida do Estado com os segmentos sociais excluídos do processo educacional e social, destacando os chamados excluídos como público da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. É preciso relacionar alfabetização e direitos humanos. Sair do formalismo para o vivencial, usar as técnicas da educação popular, aproximar do cotidiano.

Destaca ainda a visão integradora e institucional do MEC em priorizar a inserção dos Direitos Humanos na gestão atual do MEC. Nesse sentido, o MEC instituiu internamente

o Comitê de Direitos Humanos em maio de 2004 que participa ativamente do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos e que tem como desafio inserir questões de direitos humanos como a valorização da multiculturalidade e da diversidade na execução da política de educação. Dentre as prioridades destaca Dr. Ricardo:

A formação de profissionais da educação;

A inserção dos direitos humanos nas diretrizes curriculares;

A produção de material didático específico;

Constata, os Direitos Humanos não tem tido a capacidade de invadir as escolas e contaminar as práticas. A escola tem produzido processos de exclusão social. O dilema da reforma universitária entre garantir a massificação e a gratuidade com a qualidade do ensino. É preciso evoluir no modus operandi dos meios de comunicação.

É preciso quebrar o mecanismo de perversidade que o sistema de comunicação, quando alimenta valores e saberes preconceituosos e discriminatórios. É preciso preparar operadores para interagir com a mídia, para entender que ela também tem a ver com a redução das desigualdades sociais.

Aida propõe:

Capacitação sobre mídia nas escolas públicas;

Inserir a leitura crítica da mídia no processo de formação dos profissionais da educação;

Que as diretrizes curriculares sejam voltadas para a educação em direitos humanos;

Que se produza material didático específico, cuidado com o material didático.

É necessário envolver os gestores do ensino e investir na capacitação de professores, usar o ensino à distância, mudar os conteúdos das licenciaturas.

Debatedor

A concorrência com a tv é desleal, seus exemplos demonstram como o tempo que se dá valor a determinados valores são superiores ao tempo que aborda as posturas éticas. A sabotagem aparece como mais lucrativa para o jovem do que encarar a escola. Que mídia é essa? Ocorre uma overdose de informação. Não há tempo para digerir. A notícia é em tempo real. Ninguém lembra da notícia. Não há reflexão do que vemos e escutamos através da mídia. Constatamos uma mídia que não é comprometida com a DUDH. Por que os direitos humanos não entram na mídia? O programa Cidadão do Futuro ocupa 1 minuto e meio. Como juntar os direitos humanos com comunicação?

Como fazer para lidar com os noveleiros se o tempo dado para a pilantragem e as fraudes são maiores do que para os valores humanos? Apenas no último capítulo é que os pilantras são punidos. Quem garante que quem foi o tempo todo exposto as cenas de violência assiste ao último capítulo? Quem cuida da carga negativa?

O problema não é o instrumento, o veículo, mas seus conteúdos. Nela só há receptores, não protagonismo da emissão. Para a regulamentação das concessões públicas há necessidade que se considere os conteúdos.

Proposições apresentadas no debate:

A publicidade é também fator de desrespeito ao direito à informação, quando se bombardeia de informações fazendo com que o consumidor não tenha a capacidade crítica de ver o risco de vida que corre ao comprar certos produtos. Deve haver responsabilidade tanto para quem faz a propaganda quanto para quem a veicula. A rede de vigilância sanitária atua na leitura crítica da propaganda de modo a preservar a vida;

É preciso chegar aos profissionais da educação uma leitura crítica dos meios de comunicação a partir da intermediação do MEC;

Por trás da novela e dos programas há um projeto de sociedade. É necessária uma leitura crítica da mídia, afinal quem são? Quem a legitima? Quais são seus compromissos? Que efeito tem sobre nós? Onde está o outro lado?

Outra mídia é possível como alternativa sócio-cultural para a sociedade civil? A mídia pública é alternativa.

A sociedade de espetáculos naturaliza as desigualdades sociais. Um canal livre precisa dar a fala para quem sofre. Eles precisam ter canais de expressão das desigualdades. Qual a retaguarda de políticas sociais que existem para eles irem na hora do sufoco?

É preciso intervir para transformar, cobrar dos anunciantes.

Muitas são as resistências para fortalecer o conselho nacional de comunicação.

A proposta de formação da Cruz Vermelha Internacional associa teoria e prática, e o ensino transversal interdisciplinar em Direitos Humanos. Sugere a formação de grupos de discussão sobre a formação em educação em direitos humanos.

O Maranhão tem os piores índices sociais. O MEC já pensou em focar lá onde acontece a relação mais direta que são os municípios? Como o MEC pode premiar os municípios que desafiam as desigualdades sociais com programas de educação em direitos humanos?

O trabalho mais importante a se fazer é a educação em direitos humanos. Muitos desconhecem que são sujeitos de direitos, não sabem nem que são gente. A educação em direitos humanos vai mostrar que a pessoa tem dignidade, vai ajudar a ter consciência do seu valor, vai torná-lo protagonista.

Muitas são as experiências da formação que jovens universitários experienciam práticas onde a comunicação serve aos direitos humanos, como no registro da memória das lutas sociais, na assessoria a rádios comunitárias, na elaboração de programas de rádios educativos e interativos, na capacitação de leitura crítica da mídia para comunidades populares, na formulação de estudos através de monografias e dissertações sobre mídia e direitos humanos. É preciso que essas ações sejam identificadas e apoiadas para

ampliarem seu raio de ação. A CDH/Câmara tem premiado o jovem universitário no campo da comunicação.

Após a exposição da imagem é difícil tirar as marcas da vítima, Não se consegue mais desfazer.

Fatores considerados relevantes no Painel:

A inclusão do tema pelo Fórum no Seminário de Direitos Humanos;
A necessidade de se fortalecer a Campanha contra a Baixaria;
O Fórum pela Democratização dos Meios de Comunicação;
A inserção dos atores da mídia nos Comitês Estaduais de Educação em Direitos Humanos;
O apoio da SECAD/MEC em ações que enfoquem a diversidade na mídia;
O fortalecimento da educação em direitos humanos;
A ênfase na formação da leitura crítica da mídia;
O fortalecimento dos mecanismos de controle social dos meios de comunicação;
Que a SECAD paute com a UNDIME e CONSED uma reunião com o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos para discutir o tema da educação em direitos humanos;
Sair da crítica para ação. Inserir a leitura crítica da mídia nas ações de educação em direitos humanos;
Incentivar experiências de educação formal e não-formal de educação em direitos humanos;
Priorizar apoio para programas educativos em direitos humanos.
É preciso dialogar com os editores de novelas para discutir sobre educação em direitos humanos;

Os vulneráveis fazem também parte da paisagem é preciso ver e ouvir a cidadania.

Relatório do Painel 3: Gênero, raça e etnia na comunicação

Coordenadora: Dep. Ana Guerra (PT-MG)

Expositores: Nilza Iraci (Geledés - Instituto da Mulher Negra)
Jacira Melo (Instituto Patrícia Galvão)

Debatedores: Camilla Valadares (Cfemea)
Iradj Eghrari (Comunidade Baha'i)

Relatora: Sátira Machado (ACMUN – Associação Cultural de Mulheres Negras)

Relatório

No dia 17 de agosto, o debate sobre os temas gênero, raça e etnia na comunicação, ocorreu no estúdio da *TV Câmara*, com a presença da coordenadora da mesa (Dep. *Ana Guerra*) dos expositores (*Nilza Iraci* e *Jacira Melo*) e dos debatedores

(*Camilla Valadares e Iradj Eghrani*), com a presença significativa de entidades de direitos humanos, de militantes de entidades com foco em gênero, raça e etnia, de universitários e de autoridades.

O debate sobre o direito humano à comunicação trouxe as seguintes reflexões acerca da mídia (jornais, revistas, rádios, televisão, cinema, Internet, bem como, publicidade, telenovelas, reportagens, etc):

1. A agenda da mídia brasileira está atrasada em relação aos avanços mundiais das discussões sobre: direitos humanos, mulher, raça, índios, crianças, meio ambiente, entre outros temas que tiveram uma nova leitura nos últimos anos;
2. O protagonismo da mulher não está inteiramente refletido na mídia, mesmo sendo 51% da população brasileira, ressaltando que a mídia brasileira é muito colada aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e nesses espaços de poder temos uma quase ausência das perspectivas de gênero e de raça, retratando uma realidade masculina e branca;
3. Um ponto positivo foi ressaltado: nos últimos 30 anos, apesar das falhas, a mulher brasileira ganhou visibilidade e, conseqüentemente, mais valor por conta da representação de papéis diversos na televisão brasileira, em especial na dramaturgia, infelizmente não atingindo a mulher negra;
4. A discussão que se faz urgente: a mídia tem um papel fundamental na representação do “mapa” da sociedade brasileira, sendo um nexu vital para reverter o quadro de desigualdade do país, principalmente para a desconstrução do racismo;
5. Ao longo dos anos, o movimento negro vem reivindicando respeito à cultura afro-brasileira e aos negros e negras na mídia, porém se faz necessário que toda a sociedade esteja engajada na superação do racismo, já que o mito da “democracia racial” no Brasil perdeu sustentação a partir de novos estudos sobre tal teoria;
6. Conquistas têm ocorrido a partir de grandes eventos como a *3ª Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância*, realizada em Durban – África do Sul (31 de agosto a 7 de setembro de 2001);
7. A invisibilidade da comunidade negra na mídia brasileira e a estereotipação de sua memória e tradição violam os direitos humanos, uma reparação seria a aprovação do *Estatuto da Igualdade Racial* que contempla a mídia em vários capítulos;
8. Os profissionais de mídia não são capacitados, nas faculdades de comunicação, para trabalhar com temas sobre a igualdade racial, bem como o monopólio dos meios de comunicação brasileiro compromete a veiculação ética das informações;
9. O acesso das comunidades aos meios de produção da informação, por exemplo, rádios comunitárias e Internet, deve ser estimulado, para que todos possam ter voz na mídia;
10. A campanha www.dialogoscontraoracismo.org.br, realizada pela sociedade civil, sem recursos, somente com a ajuda de publicitários e veiculação gratuita na Rede Globo, por exemplo, vem contribuindo para as reflexões sobre o tema;
11. Alguns exemplos foram citados como: nos jornais, a invisibilidade dos negros está retratada nas fotos, nas fontes, nas assinaturas das reportagens; a imprensa negra brasileira já se fez presente após 30 anos de existência da imprensa no Brasil (1808); os estereótipos apresentados na mídia prejudicam a memória e tradição dos negros e negras brasileiros, e, por reflexo, a identidade nacional, visto que a população

brasileira é composta por 44% de afro-descendentes.

Ao final do debate, os participantes reclamaram a invisibilidade dos negros entre os painelistas (Dep. *Ana Guerra*, *Jacira Melo*, *Iradj Eghrari*, *Camilla Valadares* – não negros, *Nilza Iraci* – afro-descendente), ressaltando que a militância branca dos expositores é enfática (diz: “*Quem tem medo de ver o negro na TV brasileira? Com criatividade, dignidade e perfis diversos, plurais? A supremacia branca.*”). No entanto, muitos negros da platéia pediram a palavra para contribuir com o debate.

O debatedor *Iradj Eghrari* ressaltou que o espaço hoje ocupado pelo estúdio da TV Câmara, antigamente, levava o nome de *Zumbi dos Palmares*, questionando tal alteração. A Dep. *Ana Guerra* comprometeu-se a rever o caso, junto à Câmara de Deputados.

Em tempo, o gabinete da deputada *Ana Guerra* (PT/MG) entrou em contato com *Marisa Braga*, funcionária do *Espaço Cultural da Câmara*. Ela explicou que o nome não foi alterado, continua sendo *Zumbi dos Palmares*. O espaço do auditório é que foi cedido para a Secom e nele foi feito um estúdio, mas esse espaço não se chamava *Zumbi dos Palmares*. Todo o conjunto de salas, espaços e atividades culturais da Câmara têm como organizador o *Espaço Cultural Zumbi dos Palmares*.

Relatório do Painel 4 – Estado Federal e implementação dos tratados sobre direitos humanos

Expositor Eugênio: em sua fala abordou a questão da federalização das violações de direitos humanos. Sustentou a adequação do incidente de deslocamento de competência em casos de violações de direitos humanos como mecanismo de fazer cumprir as obrigações decorrentes de tratados de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte.

Expositora Flávia Piovesan: apresenta relatório da situação de violações de direitos humanos por parte do Brasil perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Sustenta que os tratados internacionais de direitos humanos fixam um consenso internacional sobre a necessidade de adotar parâmetros mínimos de proteção dos direitos humanos tanto no âmbito global quanto regional. Em referência ao sistema regional reconhece que o balanço dos casos submetidos à Comissão de Direitos Humanos e à Corte de Direitos Humanos demonstra a fragilidade democrática. Acerca da implementação dos tratados de direitos humanos no âmbito interno resalta o projeto de lei destinado a disciplinar os efeitos das decisões pelos organismos internacionais no qual defende a necessária produção de efeitos imediatos que e as decisões de caráter indenizatório estejam sujeitas a execução direta contra a Fazenda Pública Federal, bem como sustenta a viabilidade da ação regressiva contra o Estado Federado ou quem direta

ou indiretamente seja parte no ilícito. Em referência ao tema menciona várias experiências latino-americanas, dentre as quais a Colômbia, Costa Rica e Argentina. Por fim, apresenta 7 propostas para aprimorar e fortalecer a implementação pelos Estados das obrigações internacionais em direitos humanos, quais sejam, promover a cooperação com os órgãos internacionais, reconhecer a produção de efeitos imediatos das decisões internacionais, disciplinar a execução e o integral cumprimento no âmbito interno das decisões internacionais, elaborar princípios, reforçar a responsabilidade da União relativa a execução e cumprimento das decisões internacionais no plano interno, fortalecer a interlocução entre os entes federativos em matéria de direitos humanos e aprimorar o sistema sancionatório do sistema interamericano.

RELATÓRIOS DOS GRUPOS DE TRABALHOS

GRUPO DE TRABALHO 01

CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER

Esse GT pretende identificar a real situação das mulheres brasileiras, em especial daquelas em desvantagem social - negras, índias, encarceradas, empregadas domésticas, rurais, lésbicas, jovens, idosas, trabalhadoras - e avaliar a eficácia das ações e políticas do estado brasileiro em cumprimento à CEDAW e às recomendações do Comitê CEDAW de 2003. Pretende também apontar medidas necessárias e adequadas ao pleno e efetivo cumprimento da Convenção para eliminar a discriminação contra mulheres nas esferas pública e privada e assegurar a igualdade entre mulheres e homens.

O Grupo de trabalho não chegou a identificar e analisar a real situação das mulheres brasileiras, pois o quorum estava bastante reduzido, com a representação da GELEDÉS, AGENDE, CFEMEA, ADVOCACI, Coturno de Vênus, Casa da Mulher 8 de março – TO, Promotoras Legais Populares – DF, Articulação de Organização de Mulheres Negras e Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e estudante de Comunicação da PUC.

Os trabalhos iniciaram-se conduzidos por Marlene, que coordenou os grupos informando sobre os objetivos do GT que são os de identificar e avaliar as ações do Estado Brasileiro no cumprimento à CEDAW e suas Recomendações. Relata que em 2003 foi apreciado o primeiro Relatório Nacional Brasileiro que pela primeira vez e de forma consolidada (elaborado relativo aos anos de 1985,1989,1993,1997 e 2001) foi apresentado ao Comitê CEDAW. Também foi elaborado e apresentado o Relatório da Sociedade Civil, (Relatório Alternativo à CEDAW), que contribuiu para análise do relatório

enviado pelo governo brasileiro, apresentando a contribuição democrática do movimento de mulheres, com o propósito de consolidar e efetivar a implementação dos direitos humanos das mulheres e a consolidação da cidadania feminina. O Relatório Governamental Brasileiro de 2001- 2004 está pronto e entrará no rol de apreciação do Comitê CEDAW.

A sociedade civil e o movimento feminista e de mulheres está se articulando com vistas a elaboração do Relatório Alternativo à CEDAW 2005. Foi realizada uma reunião em abril, com redes e articulações nacionais de mulheres e organizações feministas e especialistas em direitos humanos das mulheres, onde decidiu-se criar um Grupo Impulsor com a participação das redes e articulações e organizações de feministas envolvidas no processo e ainda um Grupo Gestor, com o papel fundamental de garantir a viabilidade do processo de construção desse relatório. Foi definido como responsabilidade do grupo impulsionar o processo de construção do relatório, definir prioridades e metodologia. A Dra. Silvia Pimentel, que é a primeira mulher a ser eleita como membro do Comitê – CEDAW, como vice-presidente do Comitê CEDAW. Fez um breve relato de sua participação na elaboração do 1º relatório Governamental Brasileiro e do primeiro Relatório Alternativo à CEDAW.

Fundamentada nesta experiência e exercício de seu mandato no Comitê CEDAW sugeriu que o relatório seja funcional, claro na comunicação e na linguagem. Além disso deve ser sintético e objetivo, sendo elementar seguir os artigos de conteúdos da Convenção, com atenção especial às mulheres para as questões de raça, etnia, orientação sexual, geracional e classe social.

A referência do Relatório Alternativo tem que ser o do Relatório apresentado pelo Governo Brasileiro à CEDAW e as Recomendações feitas pelo Comitê CEDAW ao Estado Brasileiro, em 2003. Evidenciou que ao elaborar um Relatório Alternativo de forma clara e objetiva, facilitará a análise do Comitê CEDAW, que fará perguntas ao governo brasileiro sobre a situação das mulheres em nosso país. Por fim, ressaltou que seu mandato é participativo e que só ocupa essa função por ser do movimento de mulheres.

Apesar de um número pequeno o grupo de trabalho conseguiu apontar questões-chaves para a confecção do relatório, as quais serão levadas ao comitê gestor, que terá a tarefa de trazer essas vozes para construir um documento que retrate a real situação das mulheres.

Como primeira tarefa para o grupo de trabalho foi distribuído o formulário contendo questões importantes para subsidiar a elaboração do relatório.

1. O Governo Brasileiro ainda não disponibilizou para a sociedade civil o Relatório 2001-2004, entretanto o mesmo já foi enviado ao Comitê CEDAW, o que não pode ser obstáculo ao nosso trabalho. O movimento deve se focar nas análises de políticas públicas de direitos humanos, além daquelas destinadas para as mulheres.

2. É importante fazer a discussão com o movimento de mulheres e distribuir o formulário e que na elaboração do Relatório Alternativo tenha como base o Plano Nacional de Política para Mulheres.
3. Devemos também aproveitar as pesquisas, dados e diagnósticos existentes, produzidos pelas universidades, governos e sociedade civil.
4. Deverá ser apontado no Relatório Alternativo a crise de sustentabilidade financeira que vem atingindo as Organizações não governamentais feministas e de mulheres, que constitui um obstáculo a participação efetiva e organizada das mulheres.
5. Na falta de recursos financeiros o movimentos de mulheres deverá usar toda a criatividade para elaboração do relatório Alternativo.
6. Os anais das audiências públicas realizadas nos estados para debater o PL 4559/2004(Lei da Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres) , poderão ser utilizados como subsídios para elaboração do Relatório, além de ser um modelo metodológico que propicia a participação das mulheres para elaboração do relatório.
7. O Relatório deve ressaltar a discriminação que a mulher sofre na mídia e a importância da comunicação para o empoderamento das mulheres.
8. O relatório deve conter as discriminações sofridas pelas mulheres lésbicas e transexual, bem como indicar que na elaboração das políticas públicas ainda não se considera a orientação sexual. A elaboração do relatório deverá ter a participação das lésbicas e transexual.
9. A elaboração deve conter de forma efetiva o olhar das mulheres que sofrem discriminações e incluir as mulheres em desvantagens sociais: - negras, índias, encarceradas, empregadas domésticas, rurais, lésbicas, jovens, idosas, trabalhadoras e prostitutas.

Também deverá ser levado em consideração os relatórios elaborados pelos demais grupos de trabalho desse encontro.

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO 03

COMBATE À TORTURA

9. Relato geral

O grupo foi coordenado pelo Dr. Eugênio Aragão Sub-Procurador da República, sendo relatoras Rosiana Queiroz - MNDH e Elaine pela CDHM.

Para iniciar e situar o grupo para formulações foi feito alguns informes gerais sobre ações e iniciativas na área do combate à tortura. Em primeiro lugar falou Eugênio Aragão que relatou a experiência do GT Contra Tortura criado no âmbito da CDHM e coordenado pelo Dep. Luiz Couto, participando ainda organizações da sociedade civil, PFDC e outros organismos. Este GT vem atuando em duas frentes uma legislativa onde levantou os diversos projetos sobre o combate à tortura tramitando no congresso

e indicou um novo projeto lei que reuniu aspectos dos diversos projetos que vinham em curso na Câmara dos Deputados, este tendo como foco medidas preventivas e a criação de instrumentos e procedimentos de perícia e ainda autoriza a criação de um órgão local de monitoramento. Um outro nível de ação foi a elaboração de um relatório nacional com denúncias de tortura, o qual foi entregue ao CAT/ONU.

Na seqüência Rosiana Queiroz fez um informe sobre frentes de ação no âmbito da sociedade civil. Ressaltou a importância da campanha internacional e nacional pela ratificação e implementação do protocolo facultativo contra tortura, e informou que o mesmo está em tramitação na câmara tendo já sido aprovado na Comissão de Relações Exteriores e esta semana já foi aprovado por unanimidade na CCJ, faltando apenas aprovação na CDHM e na de segurança que, em ambas já existe pareceres favoráveis pela aprovação o que falta mesmo são estas comissões se reunirem para deliberar a respeito. Mas para que sua ratificação seja mais rápida é necessário pressão da sociedade civil que precisa buscar seus deputados cobrando pressa. Outro aspecto levantado ainda sobre o Protocolo foi a iniciativa de organizações da sociedade civil com atuação internacional – CEJIL e APT – que realizaram seminário nacional para discutir meios concretos de implementação do Protocolo, várias idéias foram indicadas e a experiência dos comitês estaduais contra tortura vindos da campanha nacional contra tortura foram neste seminário apresentado como indicativo, ou seja, como um possível modelo de mecanismo de monitoramento dos espaços de detenção. Ainda como ação da frente sociedade civil houve a realização de 11 oficinas TODOS CONTRA TORTURA nos estados onde reuniu operadores do sistema de justiça e segurança para discutir como lidar com o tema tortura em suas instituições (ação do MNDH em parceria com a PFDC e a Secretaria de Direitos Humanos) e por fim falou das diversas atividades locais ainda sobreviventes da campanha nacional permanente contra tortura através de 9 comitês que estão em funcionamento e 5 se rearticulando.

Depois a palavra foi dada ao Pedro Montenegro responsável na SDH pelas ações de combate à tortura. Pedro falou do plano nacional que está sendo concluído e que o mesmo está sendo elaborado a partir das experiências bem sucedidas como a campanha contra tortura, levando em conta uma articulação e responsabilidade dos governos estaduais e claro o plano prevê ainda uma articulação com a sociedade civil para que haja um monitoramento e controle social. Para viabilizar tudo isso será promovido um encontro nacional para aprovar o plano e um manual para operadores do sistema de justiça e segurança, pois os mesmos precisam serem sensibilizados para saber como enfrentar o tema tortura. Um outro eixo deste plano são as ações de repressão e de reparação das vítimas onde o plano procurará efetivar ações em conjunto com outras políticas já em andamento. Mas Pedro também relatou que as atuais dificuldades da SDH que perdeu o status de ministério atrasou e emperrou tudo, pois ainda não está regulamentado as competências e o orçamento da nova SDH. Essa indefinição está gerando atrasos na apresentação do plano a sociedade.

Após essas breves informações foi aberta a palavra aos participantes do grupo que fizeram perguntas e proposições. Segue agora as questões e propostas.

10. Proposições e moções

- Que os comitês contra tortura possam de fato adentrar nos espaços de detenção para fazer fiscalização;
- Porque foi encerrado o SOS TORTURA e não se colocou nada no lugar? Um instrumento de denúncia é preciso ser criado para que a população saiba para onde se dirigir;
- Tem se verificado que a prática de tortura física tem diminuído, mas também tem diminuído as sentenças de tortura na justiça, ou seja, torturadores continuam sem punição. Neste sentido é preciso pensar ações de pressão junto ao judiciário;
- Que o crime de tortura possa ser enfrentado de forma mais ampla e integrada levando em conta que a tortura tem rebatimento e está em vários momentos interligadas as violações em DHESCAS. Foi falado do exemplo de SP que semana passada numa desocupação envolvendo sem tetos a polícia agiu violentamente causando graves violações que se aproximam em muito com a tortura. Sobre isso foi esclarecido que, a Lei brasileira é muito restrita e que talvez ampliar possa gerar dificuldades ainda mais de julgar casos de tortura. Mas o que se pode fazer é utilizar para esses casos em que envolvem também violações em DHESCAS, violações em massa o que as convenções contra tortura da ONU e OEA que define como tortura: tortura e outros tratamentos, cruéis e desumanos e ainda abre espaço que quando se combate grandes manifestações com violência pode ser encarado esta ação como tortura. (art. 16 da convenção da OEA);
- Que os institutos periciais sejam independentes para que os peritos tenham condições de trabalhar livremente e até adentrar nos locais de detenção para exames. Mas também se defendeu que os médicos precisam também atuar e dar laudos que facilitem a investigação de tortura. Neste sentido foi informado que o Conselho Federal de Medicina era contra esta possibilidade, mas que já está revendo sua posição;
- Que exista uma instância maior para monitorar, coordenar processos de capacitação porque a maioria dos profissionais da área pública não compreendem e nem sabem lidar com a Lei de tortura. É preciso articular recursos para os Estados avançarem neste caminho;
- Como a SDH pode mesmo na situação em que está agora ajudar os estados e as entidades locais no combate à tortura, mesmo antes do plano nacional ser aprovado? O grupo móvel previsto para averiguar e investigar denúncias de tortura já pode ser acionado? Essas questões foram direcionadas ao Dr. Pedro Montenegro;
- Incluir no Projeto de Lei que trata das medidas de prevenção à tortura as ações que o plano nacional que a SDH está elaborando;
- Aplicar os meios necessários que a Lei prevê de responsabilização do Estado em

casos de tortura e outros tratamentos, cruéis e desumanos;

- Que se crie mecanismos para identificar e julgar casos de tortura psicológica e que seja revisto e questionado o RDD;
- Que as experiências dos comitês estaduais possam ser ampliadas, principalmente buscando atuar na capacitação dos policiais, agentes penitenciários, etc;
- Que se crie uma campanha de comunicação de massa para conscientizar a população de que tortura é crime e que direitos humanos não é direitos de bandidos, já que este encontro está tratando do tema comunicação;
- Que se crie em nível da sociedade civil um núcleo duro de enfrentamento à tortura para fazer pressão ao governo federal e também aos governos locais nos andamentos de casos de tortura e ainda que oriente e amplie os comitês estaduais contra tortura;

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO 04

VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NA MÍDIA

Participantes

Coordenador: Rogério Thomas – ABRANDH e Intervenções

Relatora: Bia Barbosa – Agência Carta Maior e Intervenções

Ana Luiza (SOS Imprensa), Walisson (estudante de jornalismo no lesb), Camila de Magalhães (jornalismo lesb), Themis (chefe do monitoramento televisivo do Ministério da Justiça), Sátira (Associação Cultural de Mulheres Negras), Valéria (assessoria de comunicação da SEDH), Roberta (Associação Muda Mundo), Priscila Carvalho (assessora de imprensa do CIMI e membro do Intervenções), Renato (estudante de jornalismo Fastec),

Dioclécio Luz (sindicato dos jornalistas de Brasília), Josué (secretário executivo da Abraço Nacional), Cicília Peruzzo (professora de comunicação), Fernando O. Paulino (professor UnB e lesb) e Ernesto (Associação Baiana de Imprensa e ABI)

Contextualização das violações de DH na mídia

Um dos gargalos principais da comunicação é o fato dos deputados e políticos, que são responsáveis por fazer leis, não regulamentarem o setor porque têm veículos de comunicação e preservam seus interesses.

A comunicação é vertical e centralizadora. O eixo Rio-SP monopoliza a produção de cultura e conhecimento e sete famílias dizem o que o Brasil deve ouvir, ver, em que votar e o que é cultura e informação.

Pratica-se censura no Brasil contra a informação que interessa. Se você tem um movimento social ocupando um determinado espaço, a imprensa não noticia o fato ou o sataniza.

A má qualidade da grande mídia obriga as pessoas a assistir a programação de péssima qualidade. Isso significa privação da liberdade. Liberdade é quando você pode escolher.

O tratamento da violência na teve é superficial e instigador da violência. Os apresentadores dos programas policiaiscos expõem o criminoso e instigam o ódio.

Não podemos cair na crítica moralista. A ausência da sociedade brasileira na mídia é uma violação muito mais séria do que uma cena de sexo na novela.

Dentro do Ministério da Justiça, há um GT para subsidiar a classificação indicativa dos programas de TVs. Estão estudando uma maneira de deixar claro para o telespectador aquilo que ele vai “consumir” naquela programação. Estão aumentando as reclamações sobre homofobia e violação dos direitos dos negros e índios na teve. O Ministério da Justiça vai ampliar as categorias de denúncias.

A Secretaria de Direitos Humanos deve implementar a partir do ano que vem um plano de educação em DH, que inclui a mídia.

Casos de violação

Direitos da infância e adolescência: Nestlé é considerada a empresa mais irresponsável do mundo. Viola todos os códigos de conduta em relação à alimentação infantil, que não permitem propaganda com mães amamentando, bebês, etc.

Uso de bebês em filmes e novelas (antigamente eram bonecos).

Direitos das mulheres, gays e lésbicas: a representação que é dada a esses grupos em programas como Zorra Total.

Programa Cidade Alerta: a partir da classificação indicativa do Ministério da Justiça, o MP conseguiu fazer com que o programa se adequasse ao horário. Depois, a Record tirou do ar o programa por vontade própria. Também foi citado o caso do direito de resposta que as TVs Record e Rede TV tiveram que conceder por ofenderem as religiões de matizes africanas.

Novela “A Lua me Disse”: tirou os personagens homossexuais do ar depois de reclamações do movimento gay.

Tentativa de revisão da história: novela “América”, da Rede Globo. Desvirtuou a música que falava de unidade na América Latina para uma adoração aos Estados Unidos.

Jornalismo investigativo: tipo de prática que está se legitimando como correta e que prega violações como a invasão de privacidade e o furto de documento sob a justificativa de que a população tem que ser informada.

A questão indígena: não existe índio no Brasil. Há 180 etnias, com 700 mil índios, que não aparecem de forma descente. Os indígenas são retratados na teve de forma imbecilizada e infantilizada. Isso é uma forma de alienação e censura da história. O negro só aparece em papéis inferiores.

Propostas

Não adianta brigar por uma melhor representação nos grandes meios. É preciso garantir que os povos se apropriem dos meios. Temos que lutar por um Estado que garanta canais, acesso, financiamento, formação para que as pessoas trabalhem com mídia. Garantir isso enquanto política pública.

Fazer mais pressão sobre os parlamentares de esquerda, para que não deixem os espaços das comissões da Câmara e do Senado que tratam de comunicação vazios.

Aumentar o contato com as TVs estatais. Sob essas, se teria mais poder de intervenção. Mudar sua orientação e produção de conteúdo.

Rever a legislação das rádios comunitárias, que é restritiva e excludente. Criar um fundo pras rádios e TVs comunitárias. Permitir que as TVs comunitárias operem em sinal aberto.

Desenvolvimento de uma política de comunicação comunitária para o país, que não existe.

Trabalhar em articulação com o Ministério Público, que é um dos colaboradores na repressão às rádios comunitárias, com base no artigo 70 do Decreto 236 de 1967.

Pedir que o MP entre com ações contra deputados e senadores que têm emissoras, porque isso é ilegal. E que o Legislativo abra processos de cassação contra esses deputados que confrontam a lei.

Avançar no controle público e social sobre o que existe, para cobrar de quem tem as concessões que o interesse publico prevaleça sobre o interesse privado.

Desenvolver formas de sensibilizar a sociedade para o debate das violações de DH na mídia, o que passa por educação em direitos humanos e educação para mídia. Educar as pessoas para mostrar para elas que a TV não está retratando a realidade.

Proposta de moção para que o projeto do senador Pedro Simon, que propunha a criação obrigatória de um serviço de ouvidoria pública dos usuários de mídia – e que está arquivado desde 1995, seja reencaminhado.

Ocupar espaços nas emissoras, que têm que veicular produção regional e independente.

Aumentar o diálogo com a universidade para a formação de uma opinião pública mais consciente e de uma sociedade que exerça seu direito. Investir na formação dos profissionais de comunicação.

No caso da representação dos negros na TV, garantir que as histórias sejam contadas do ponto de vista dos negros, e não dos brancos. Existe uma grande parcela de classe média negra formada por famílias felizes. Estimular um retrato positivo do negro na TV. Respeitar essa cultura, em sua memória, tradição e atualidade sem que os direitos humanos sejam violados na mídia. Que seja aprovado o Estatuto da Igualdade Racial.

Moção de apoio às ações do MP Federal e Estaduais e de grupos/organizações de amparo às vítimas da mídia (como o SOS Imprensa) no que se refere à contínua construção e efetivação de formas de assegurar a responsabilidade social da mídia.

Criação/expansão do direito de antena não apenas aos partidos políticos, mas também às organizações não governamentais e sindicatos, nas emissoras públicas.

Estímulo à criação de conselhos de imprensa/comunicação locais.

Divulgar que todo cidadão tem direito de mandar reclamações sobre a classificação indicativa de horário para o site www.mj.gov.br/classificacao Trabalhar pela divulgação desses casos, porque se dependermos da grande mídia ninguém ficará sabendo de nada.

GRUPO DE TRABALHO 05

DIREITO HUMANO À COMUNICAÇÃO: CONCEITUAÇÃO E INDICADORES

CONCEITUAÇÃO

O conceito do direito humano à comunicação avança em relação à liberdade de expressão e ao direito à informação, abrangendo outros aspectos como a diversidade e pluralidade de meios e conteúdos, o acesso equitativo às tecnologias da informação e da comunicação, a socialização do conhecimento a partir de um regime equilibrado e a expressão da diversidade cultural. Por ser um direito humano, constitui uma relação interdependente com os outros direitos humanos para a construção de uma sociedade igualitária e justa. Sua importância está ligada ao papel da comunicação na construção de identidades, subjetividades e do imaginário da população, bem como das relações de poder (econômico, social, ideológico, político e cultural).

Pensar a comunicação como um direito humano, fundamental e inalienável, portanto, implica reconhecer que ela deve ser alvo de políticas públicas construídas de forma

participativa e democrática. Estas devem garantir o exercício do direito à comunicação e dos diversos aspectos relacionados a ele.

Uma questão importante é o limite da liberdade de informar e expressar-se. O exercício desta liberdade deve ser compreendido numa perspectiva individual e também coletiva, tendo como limite o respeito aos direitos humanos e baseando-se na igualdade de oportunidades no plano político, social e cultural dos sujeitos.

O direito humano à comunicação inclui também a liberdade de expressão, à informação, à diversidade, à pluralidade, direito à privacidade, à inclusão, à participação. A noção de que a comunicação produz uma subjetividade (modos de pensar, simbólicos, imaginários) implica a garantia da participação da diversidade dos atores nos processos comunicativos.

O relatório MacBride já trata de diversas questões. Conforme o relatório a comunicação tem a ver com as questões sociais, políticas, culturais, econômicas e ideológicas. A efetivação do direito à comunicação pode efetivar outras dimensões da cidadania?

Direito à comunicação é o conceito mais amplo possível, pois no fundo estamos nos referindo à construção de identidade. Desafio: dialogar com os movimentos de direitos humanos. Precisamos exemplificar; onde este direito se materializa na sua luta? A construção do conceito do direito à comunicação deve ser feita com as entidades.

Não podemos deixar de incluir a comunicação alternativa e a comunitária. É ilusório pensar a participação popular na mídia comercial. A participação cidadã deve ocorrer em todo o processo comunicativo. Os meios comunitários e alternativos podem oferecer esta possibilidade. É um caminho para a democratização, para a apropriação da comunicação.

A conceituação do direito à comunicação é fundamental. Papel de vanguarda que transcende os imediatismos do debate. Inserir a noção de público nas relações midiáticas. A noção de público deve ser a medida, a qualidade para definirmos a implementação do direito à comunicação. A mídia configura o espaço público

INDICADORES

Para a efetivação do direito humano à comunicação é importante a criação de indicadores sobre a realização deste. Estes têm de ser objetivos, mas precisam levar em conta a complexidade da comunicação e da sociedade, e ter a preocupação também com as dimensões qualitativas. Os indicadores têm que ser resultado de um processo coletivo de modo a nortear para a atuação dos movimentos sociais.

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO 06 EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS.

A mídia não compreende adequadamente a questão dos DH e por isso não atua na divulgação do tema de forma sistemática e contínua.

Os conceitos de DH precisam fazer parte do cotidiano para ser compreendido e assimilado pela população.

A mídia precisa se focar na análise dos acontecimentos dando menor ênfase ao “espetáculo” dos fatos.

A democratização do acesso aos meios de comunicação deve ser ampliada para permitir a livre expressão da população e o acesso às informações.

A educação em DH deve ser feita de forma a respeitar às peculiaridades e diferenças regionais.

Deve ser promovida a permeabilidade entre todos os canais da sociedade.

Além dos agentes de segurança pública as ações de educação em DH devem atingir também a população carcerária.

O conceito e as informações sobre DH devem ser adaptados à uma linguagem que seja acessível a população como um todo.

Formação de grupos multidisciplinares, incluindo: professores, pedagogos, profissionais de comunicação, técnicos de TI, gestores públicos e integrantes de ONGs para trabalhar a adaptação dos conteúdos para as diversas mídias e a capacitação dos agentes de divulgação dos DH.

Criar um certificado para ser concedido à emissoras, sites, jornais, rádios etc que efetivamente trabalhem e contribuam para a educação em DH.

Fortalecimento do programa contra a baixaria na TV – além do boicote, será realizado no dia 09/12/05 uma mobilização para que a população assista às emissoras públicas, que deverão ser estimuladas a transmitir neste dia em especial uma programação educativa de qualidade.

Identificar os estados que possuem conselhos de comunicação, e estimular a criação naqueles que ainda não têm. Ainda há muita resistência por parte dos governos para a instalação deste tipo de conselho.

Realizar links entre as diversas áreas de PNEDH com vistas a articular com a mídia outras iniciativas de capacitação e educação em direitos humanos.

Segurança pública: parceria com a mídia para estimular a conscientização da população acerca do trabalho de capacitação que está sendo realizado com as polícias em termos de EDH. Auxílio da mídia para o esclarecimento do papel de controle social exercido pela segurança pública: alertar população para os diferentes momentos da segurança pública: a abordagem policial, mesmo realizada com caráter técnico, muitas vezes é entendida pela população como violação ou intimidação. Realizar campanhas de esclarecimento sobre esses papéis.

Criação de ouvidorias para que possam ser levadas as denúncias de violações por parte da população, para que possam ser investigadas.

Os regulamentos da Segurança pública são ainda incompatíveis com os documentos de direitos humanos e com a CF 88. Adequar.

Acesso às academias para a sociedade para que possa capacitar os agentes de segurança pública, inclusive conscientizando os agentes de seus próprios direitos, colocando-os como cidadãos.

Clarificação dos papéis da segurança pública para que não se misturem a outras funções do Estado, como limpeza, transporte....

Ameaça à democracia quando se cerceia o direito de expressão e reivindicação dos direitos dos professores e outros trabalhadores. Caso de Magé colocado em moção, em que policiais licenciados atuam como seguranças particulares da prefeita, ameaçando os professores. Apoio do GT à moção, inclusive, com indicação de que o caso seja encaminhado ao CDDPH.

Formação de profissionais de comunicação em ética e ddhh, inclusive com reforma curricular; exibibilidade de ética em fotografia (uso de imagens).

Convocar população em geral para o exercício da liberdade de expressão e ao direito à voz. Criação de grupo interdisciplinar para tratar deste tema.

Democratizar o uso de todas as tecnologias de informação, não apenas de forma passiva como também ativas.

Realização de encontros temáticos, cursos e seminários com enfoque na capacitação acerca dos diversos instrumentos de direitos humanos (ECA, Idoso, Igualdade racial, etc) para evitar a reprodução pela mídia das linguagens de poder, de exclusão.

Criação dos fóruns estaduais de EDH, inclusive com interação com os Fóruns pela democratização da comunicação.

Parceiras entre ONGs, governos e academia para aproximação da mídia com a temática dos DDHH.

Pilar da promoção dos DDHH não é visibilizado pela mídia; normalmente a denúncia é mais valorizada.

Recapitular lutas dos movimentos nas capacitações realizadas com a mídia.

MEC – Ministério da Comunicação deverão apoiar iniciativas para levar práticas e para levar à população a informação com enfoque nos DDHH.

Prêmios para graduação e também para profissionais da área que tenham iniciativas de EDH. Mapeamento de experiências de capacitação para leitura crítica da mídia.

GRUPO DE TRABALHO 07

AValiação de Políticas Públicas de Direitos Humanos

1. O Grupo de Trabalho recebeu a avaliação apresentada pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos Inesc realizada a partir de dados consolidados disponíveis no sistema da Câmara dos Deputados, apontando para uma baixa execução orçamentária em quase todas as atividades e ações do Programa Nacional de Direitos Humanos.

2. Na avaliação da Subsecretaria de Direitos Humanos há uma lacuna forte na comunicação com a sociedade sobre as ações governamentais.
3. A equipe da Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria Geral da Presidência da República apresentou esclarecimentos técnicos sobre a execução orçamentária de vários programas e, em especial, as ações relacionadas à infância e adolescência.
4. O diálogo estabelecido no GT reforçou a importância que a Comissão de Direito Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e o Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos está dando à organização de mecanismos, sistematização de metodologias e criação de instrumentos para a avaliação externa independente da política de direitos humanos, envolvendo as atividades da Subsecretaria de Direitos Humanos e outros órgãos governamentais.
5. As equipes do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos e da Subsecretaria de Direitos Humanos da Presidência da República firmaram entendimento sobre a necessidade de se criar uma agenda de trabalho para troca de informações entre governo e sociedade, estudo e definição de metodologia para alimentar constantemente o Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos de informações sobre as atividades da Subsecretaria de Direitos Humanos.
6. Em todos os encontros, conferências e atividades congêneres do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos e da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados haverá espaço e condições para a avaliação de políticas públicas em direitos humanos.

GRUPO DE TRABALHO 08

ESTADO FEDERAL E IMPLEMENTAÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS

A mesa do Grupo de Trabalho 8 do Encontro Nacional de Direitos Humanos 2005 iniciou os trabalhos com a apresentação dos objetivos do GT pelo Coordenador e pelos relatores, que procederam à síntese dos debates havidos no painel sobre o respectivo tema e das proposições apresentadas pelos expositores e debatedores, bem como relataram acerca das vertentes teóricas e práticas relativas ao sistema federativo brasileiro a serem aprovadas e discutidas pelo plenário. Após os debates, os membros do GT concluíram que tanto no âmbito federal, estadual (e do Distrito Federal) e municipal devem ser implementadas ações de natureza político-administrativa e legislativa que viabilizem a efetivação não só dos tratados internacionais quanto das demais disposições

normativas internas acerca dos direitos humanos. Em particular, no tocante ao cumprimento das decisões e recomendações dos organismos internacionais, seja no sistema regional, pela Comissão e Corte Interamericana de Direitos Humanos, ou no global, pela Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas e dos Comitês específicos, o grupo conclui que é necessária a imediata elaboração, mediante amplo debate com a sociedade civil, de norma definidora de medidas adequadas para o cumprimento integral dessas decisões e recomendações, dentre as quais a possibilidade de criação de um fundo de reparação.

O GT reconhece as dificuldades estruturais do sistema de responsabilidade do Estado Brasileiro quanto às violações de direitos humanos perpetradas, muitas vezes, na esfera de competência dos Estados membros e Municípios. Reconhece que o sistema de precatório para o pagamento de eventual indenização a ser paga às vítimas de violações não é eficiente e acaba descaracterizando a natureza de reparação imediata de uma recomendação no âmbito da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e de medida condenatória no âmbito da Corte Interamericana de Direitos Humanos. No tocante à implementação de ações para a defesa e promoção dos direitos reconhecidos nos tratados internacionais e na Constituição, o grupo reconhece a necessidade primária de fortalecimento em matéria de educação em direitos humanos nos âmbitos federal, estadual (e DF) e municipal, nas esferas do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, de forma a conscientizá-los de suas responsabilidades como portadores de obrigações. Para tanto, o GT reafirma a imprescindibilidade da construção do Sistema Nacional de Direitos Humanos, conforme deliberado na IX Conferência Nacional de Direitos Humanos, com vistas a conferir capilaridade às ações de promoção e proteção desses direitos, tais como: a instituição de mecanismos de monitoramento de ações e programas a partir da ótica dos direitos humanos; a definição de instrumentos de interlocução entre as entidades federativas; a instituição de instrumentos de exigibilidade e justiciabilidade dos direitos econômicos, sociais e culturais; a implementação de programas de capacitação de agentes públicos; a instituição de programas próprios de direitos humanos; a realização de audiências públicas para a promoção do debate; a promoção da participação da sociedade civil. Como medidas imediatas, o GT conclui pela aprovação do PL 4.715/1994, que cria o Conselho Nacional dos Direitos Humanos e pela revisão, em conjunto com as assessorias dos Deputados Orlando Fantazzini e José Eduardo Cardozo, do PL 4.667/2004, que dispõe sobre os efeitos jurídicos das decisões dos organismos internacionais de proteção dos direitos humanos, assegurando-se a participação efetiva da sociedade civil organizada na elaboração do substitutivo ao referido PL.

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO 09 DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Coordenador : Darcy Frigo
Relator – Isaias Santana

-Apresentação dos participantes

-Informes sobre o histórico do programa de Defensores de Direitos Humanos. Visita ao Brasil da ONU. Representante HINA JILANE. Consulta latinoamericana 03 Comitê Brasileiro.

Programa está em processo de elaboração, existem pessoas em proteção.

Seminário para discutir metodologia de implementação do programa – previsão de implementar em 03 estados, Pará, Pernambuco e Espírito Santo.

Conceito: Quem são os defensores de direitos humanos? Grupos, entidades, autoridades, segmentos étnicos, lideranças.

Caso do Pará – Irmã Dorathi e mais 70 pessoas.

Questão fundiária e meio ambiente.

Criminalização do defensores – Processos judiciais.

Marco Legal que não tem.

Discutir o papel da união, estados e municípios. Capacitação dos agentes policiais.

A discussão tem que contemplar a questão do gênero, raça, etnias, realidades regionais.

Questão das políticas públicas que tem que estar vinculadas ao programa de proteção como medidas preventivas.

A investigação é importantíssima para coibir as ameaças; A proteção tem que estar vinculadas à solução das causas que o defensor está defendendo.

Questões de orçamento tem que ser discutidas e ser garantida.

Interlocução com a sociedade tem que ser contemplada

Incluir a implementação do programa no Estado do Rio Grande do Norte.

A implementação do programa para as diversas entidades do movimento popular. Ex. Conselhos de moradores, mov. de reforma urbana, negros, mulheres, etc.

Capacitação da sociedade civil organizada em relação ao programa.

Elaboração de propostas alternativas ou complementares que contemplem a realidade dos Estados e municípios

Que o programa de proteção seja um programa de ação afirmativa.

A interlocução do programa de defensores com os seguintes órgãos – SENASP, Ministério das Cidades, Ministério de Reforma Agrária, Secretaria de mulheres e a SEPPIE.

MOÇÕES APROVADAS NO ENCONTRO

Moção pelo reencaminhamento do Projeto de Lei que cria os serviços de ouvidoria pública nos canais de rádio e TV

Nós, participantes do Encontro Nacional de Direitos Humanos 2005, reunidos em Brasília nos dias 17 e 18 de agosto de 2005, pedimos que o Congresso Nacional coloque novamente em tramitação o projeto do senador Pedro Simon que determina a criação obrigatória de um serviço de ouvidoria pública nos canais de rádio e TV para os usuários de mídia. O projeto está arquivado desde 1995 e, se aprovado, criará um mecanismo fundamental de combate às violações de direitos humanos na mídia.

Moção em apoio às ações de amparo às vítimas da mídia

Nós, participantes do Encontro Nacional de Direitos Humanos 2005, reunidos em Brasília nos dias 17 e 18 de agosto de 2005, apoiamos fortemente as ações do Ministério Público Federal e dos Ministérios Públicos Estaduais e de grupos/organizações de amparo às vítimas da mídia (como o SOS Imprensa) no que se refere à contínua construção e efetivação de formas de assegurar a responsabilidade social da mídia.

Autoria: Participantes do Encontro

Moção contra a tortura

Os participantes do Encontro Nacional de Direitos Humanos nos dias 17 e 18 de agosto, em Brasília, vêm reivindicar urgência do Congresso Nacional e da Presidente da CDHM - Deputada Iriny Lopes para aprovação de matérias importantes relativas a direitos humanos que estão em tramitação como: o Projeto de Lei que cria o novo CNDH; a Lei de proteção aos defensores ameaçados; a Lei de proteção a adolescentes em situação de risco, a ratificação do protocolo facultativo contra a tortura e ainda a PEC sobre trabalho escravo.

Autoria: GT 03

Brasília, 18 de agosto de 2005

Moção de repúdio e pedido ou justiça sobre o assassinado cruel e covarde de sete pessoas que viviam em situação de rua no centro da Cidade de São Paulo

Dia 19/08 faz um ano que o crime aconteceu e que ainda não se têm provas suficientes para a solução do crime. Pedimos investigação séria e isenta, uma vez que os indícios indicam envolvimento de funcionários da Polícia Militar e Civil do Estado de São Paulo. A revisão e possibilidade de federalização das investigações do crime que chocou a sociedade paulista.

Autorias: GT 03, Pastoral Carcerária, Organização Civil de Ação Social, Rede Rua, INSP (Internjetion Network of Street Papers) e MNDH.

Brasília, 18 de agosto de 2005

Moção de repúdio às ações para inviabilizar inspeções e vistorias em delegacias e unidades prisionais

Os participantes do Encontro Nacional de Direitos Humanos 2005 vêm manifestar seu repúdio às administrações estaduais que vêm sistematicamente inviabilizando as inspeções e vistorias feitas pelos órgãos da sociedade civil ou do poder político, com a finalidade de impedir que se tornem públicos os maus-tratos e a tortura a que são submetidos os presos recolhidos às delegacias e unidades nacionais de seus estados.

Autoria: Movimento Nacional dos Direitos Humanos

Brasília, 18 de agosto de 2005

TEXTOS ELABORADOS PELA ORGANIZAÇÃO DO ENCONTRO COMO REFERÊNCIAS PARA O DEBATE

Encontro Nacional de Direitos Humanos 2005 O direito humano à comunicação: um mundo, muitas vozes

A partir da realização da IX Conferência Nacional de Direitos Humanos em 2004, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) e o Fórum das Entidades Nacionais de Direitos Humanos (FENDH) tornaram-se responsáveis pela realização bienal de Encontros Nacionais.

Para este ano de 2005, o Encontro Nacional tem como tema central *O Direito Humano à Comunicação* que constitui uma das questões de debate crescente na realidade brasileira em razão dos obstáculos ao exercício da liberdade de expressão e dos problemas de difusão de informações à sociedade. O Encontro pretende estimular o debate sobre o direito à comunicação e sobre as demandas por políticas públicas que assegurem a diversidade, a defesa e a promoção dos direitos humanos, em suas várias vertentes, no sistema de comunicação e informação.

A escolha do tema, em particular, está fundamentada no fato de ser este ano comemorativo dos 25 anos da publicação do relatório produzido pela Unesco, em 1980, intitulado *“Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação na nossa época”*, que ficou conhecido como “Informe MacBride”. Esse relatório elaborado sob a presidência de Sean MacBride, ganhador dos Prêmios Nobel e Lênin da Paz, discute o controle governamental, a censura, o monopólio e a comercialização dos meios de comunicação,

bem como analisa as questões relacionadas ao domínio cultural, ao poder das corporações transnacionais, ao direito de informar e à possível contribuição dos meios de comunicação para a solução dos problemas mundiais. O relatório considera o direito à comunicação como “prolongamento lógico do progresso constante rumo à liberdade e à democracia”.

Nessa linha, o debate diz respeito justamente à relação entre os meios de comunicação e a construção de uma sociedade justa e igualitária, sob primazia dos Direitos Humanos e da democracia, formada pela cidadã e pelo(a) cidadã(o) participativo(a), consciente e informado(a) sobre as questões que envolvem sua vida e o cotidiano de sua comunidade.

Pode-se dizer que, em linhas gerais, o direito à comunicação por um lado consagra direitos individuais, dentre os quais o direito à liberdade de expressão e de informação, por meio do qual a pessoa marca sua identidade civil, política, econômica, social e cultural. De outro lado, constitui-se em um direito cujo conteúdo é destinado à coletividade. Nesse aspecto o direito à comunicação, como direito social, determina-se pelo acesso irrestrito à informação e ao conhecimento e aos meios de produção e veiculação de idéias mediante condições técnicas e materiais que permitam ao cidadão e à cidadã o exercício pleno do seu direito de ter voz e de ser ouvido. Em suma, um direito que situa a pessoa como protagonista e narradora de sua história além de partícipe ativo nos destinos da humanidade.

O direito de ter voz e de ser ouvido, assim, vincula-se de forma direta à existência de um sistema que viabilize o exercício da liberdade de expressão mediante o acesso à uma mídia livre e pluralista que respeite as diversidades étnicas, culturais e regionais e que atue na difusão de informações sobre as questões políticas, sociais, econômicas e culturais de maneira veraz e ética.

Dessa forma, a compreensão e a efetivação do direito à comunicação refletirá diretamente na realização de outros direitos humanos, razão pela qual o debate não pode ser feito dissociado da análise da realidade brasileira relativa a temas transversais, tais como à pobreza, à discriminação, à tortura e a outras formas de segregação e de violações a direitos fundamentais.

Em informe recente o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, órgão vinculado ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos constata que a sociedade brasileira vivencia a generalização da discriminação contra a mulher, em particular quanto ao acesso ao trabalho e igualdade de remuneração; contra afro-brasileiros, e povos indígenas. O relatório do Comitê, que analisa a situação do Brasil no período de 1989 a 2004, revela que a situação de pobreza extrema aliada à ausência de agentes do Estado capacitados para os direitos humanos e de políticas públicas adequadas tem se constituído em obstáculo ao exercício dos direitos e liberdades fundamentais consagrados na ordem interna e internacional, em particular, no Pacto de Direitos Civis e Políticos e no Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Esse relatório, embora reconheça as ações implementadas, constata que persistem as desigualdades extremas do Estado Brasileiro e recomenda a adoção de medidas eficazes para garantir que se exerçam todos os direitos consagrados nos pactos e que se melhore seus programas de capacitação em direitos humanos, bem como se adote todo tipo de medidas para proibir a discriminação de raça, cor, origem étnica e sexo em todos os campos da vida econômica, social e cultural.

A defesa e a promoção do direito à comunicação como direito fundamental deve ser incorporada nas ações das organizações que atuam na área de direitos humanos, tanto no âmbito interno quanto internacional, especialmente para impedir violações a direitos pelos meios de comunicação. No âmbito internacional, deve-se ressaltar, desde a década de 60 o tema é abordado. Sob esse enfoque a Unesco reúne uma série de programas e projetos destinados à comunicação, dentre os quais o Programa V e o IPDC– *International Program for the Development of Communication* (Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação). A entidade, nessa área, busca em linhas gerais “estabelecer novos meios pelos quais todos os membros da sociedade, especialmente os jovens, possam participar ativamente na vida política e cultural de sua comunidade por meio da mídia. Isso envolve a promoção do acesso à mídia, ao conhecimento sobre as técnicas envolvidas e ao desenvolvimento de uma perspectiva crítica sobre os meios de comunicação”.

A atuação desse órgão das Nações Unidas pelo seu Programa V está voltada a promover ações destinadas a reduzir a exclusão digital e promover a integração social, assegurar a independência e o pluralismo dos meios de comunicação, viabilizar o acesso a informação nas áreas rurais e nas zonas urbanas desfavorecidas; reconhecer programas comunitários com baixo custo para a divulgação de informação e de conhecimento, definir a função social dos serviços de radiodifusão de som e de sons e imagens; proporcionar o acesso da população às tecnologias e a comunicação na educação e fomentar a diversidade étnica, cultural e religiosa.

De outra ordem, o IPDC é um fórum multilateral destinado a promover o debate sobre o tema em vários países membros em favor de uma mídia livre e pluralista e que apóia vários projetos para a América Latina e Caribe, inclusive para o Brasil, a exemplo do projeto aprovado na 48ª seção em março de 2005, destinado a que a voz das mulheres seja ouvida na questão acerca do desarmamento. Segundo pesquisas as mulheres são as mais afetadas nessa questão seja pelo índice de homens mortos (maridos, filhos, etc.) em situações de conflito social, criminalidade nas áreas mais desfavorecidas economicamente, ou domésticas (vítimas de crimes praticados por arma de fogo). Esse projeto destina-se a orientação dos profissionais dos meios de comunicação a dar voz às mulheres para que se manifestem sobre a questão.

Assim, o envolvimento de instituições e indivíduos que atuam na esfera pública revela-se fundamental para concretizar os Direitos Humanos e aprofundar a democracia. Este Encontro destina-se, então, a compartilhar experiências e produzir subsídios para a formulação de políticas públicas que consagram o direito à comunicação como direito

humano, além de fazer avançar a implementação do conjunto de direitos humanos. Assim o Encontro será momento de convergência e projeção de idéias para o planejamento e a construção de um sistema de comunicação livre e plural, que assegure a difusão das muitas vozes deste País.

**Roteiro para o debate do tema central do *Encontro*:
O direito humano à comunicação**

1.^a parte: Compreensão e efetivação do direito à comunicação

1. Como o Relatório *Um mundo e muitas vozes* (Informe MacBride) pode se constituir em referência para a retomada do diálogo internacional visando atualizar os instrumentos normativos relacionados ao direito à comunicação?

2. Sendo a linguagem um instrumento de poder, quais os espaços e limites para que seu uso consciente favoreça a consagração dos direitos humanos, e não sua violação?

3. De que forma o acesso à informação, ao conhecimento, às idéias e às imagens podem ser universais?

4. Conhecimentos produzidos em universidades públicas e outras instituições da sociedade civil têm sido, cada vez mais, apropriados com fins meramente comerciais por grandes corporações econômicas. Como construir um sistema de partilha do saber humano que assegure a todos os segmentos da população o acesso igualitário e equilibrado ao conhecimento produzido e disseminado por universidades, centros de pesquisa e entes sociais afins? Como garantir que o conhecimento (na forma ampla do conceito, incluindo ciência e cultura) produzido pela sociedade não seja apropriado apenas por uma minoria economicamente privilegiada?

5. Quais diretrizes devem nortear o processo de concessão do direito de exploração do sistema de radiodifusão e de telecomunicações pelo Ministério das Comunicações e pela Anatel?

6. Como assegurar que concessionários de rádio e tevê, além de outros veículos de comunicação, respeitem os direitos humanos em suas programações, sem prejuízo da liberdade de expressão?

7. Quais são os padrões éticos apropriados para o Brasil de hoje, tendo em vista a importância da mídia na formação cultural, sua influência política e seu papel na construção da cidadania?

8. Por que concessionários e outros controladores de meios de comunicação desrespeitam sistematicamente os princípios legais vigentes relacionados às funções educativas, informativas e culturais e o respeito à imagem do cidadão e da cidadã?

9. Quais os caminhos para construir de uma ordem jurídica democrática e atualizada para regular o acesso a documentos e outras informações públicas de fontes oficiais?

2.^a parte: A comunicação e as questões sociais: influência e mecanismos de efetivação transversal dos direitos

1. Como possibilitar aos diversos segmentos da população o acesso à livre expressão da sua subjetividade, das suas opiniões e de sua identidade cultural?

2. Como garantir que a produção cultural de grupos regionais e locais seja difundida pelos meios de comunicação, de forma a garantir que a imensa diversidade cultural (inclusive pelas dimensões de etnia, gênero, opção sexual, política, religião etc.) do país esteja devidamente contemplada nos meios de comunicação, sobretudo nas emissoras de rádio e tevê, que são concessões públicas que devem servir ao interesse público?

3. Como conciliar o direito à liberdade de expressão com o direito de não ser estigmatizado e discriminado?

4. Que medidas e ações são necessárias para a capacitação dos profissionais de comunicação para o respeito aos direitos humanos?

5. O aumento das ações judiciais por danos morais contra a imprensa no Brasil estaria se transformando numa forma de intimidação e pressão econômica contra a liberdade de informar? Até que ponto é legítimo argüir o direito do cidadão comum e do agente público à imagem, honra e privacidade? Os atuais códigos de ética conseguem definir as responsabilidades dos jornalistas e empresas de comunicação em harmonia com os direitos humanos?

6. Como impedir a ocorrência de censura pelo Estado (em suas diversas instâncias e níveis federativos) e, tão ou mais difícil de combater, a censura econômica, ideológica ou corporativa efetuada por meios de comunicação?

7. Os meios de comunicação se constituem, praticamente, como um dos últimos setores de grande importância para a sociedade que, no Brasil, não possui nenhum instrumento de controle público e social para lhe servir como contrapeso e eventual freio aos abusos

que, a cada dia, são cometidos em nome da idéia de liberdade de imprensa. Este conceito, por vezes, é distorcido de seu princípio original e concebido como liberdade absoluta e irrestrita, o que acaba servindo de justificativa para todo tipo de violação à deontologia jornalística e para o favorecimento de interesses político-econômicos particulares. Portanto, é necessária a criação de instrumentos de controle público e social que possam contribuir para o primado do interesse público, da comunicação como direito humano, sobre os interesses exclusivos dos donos da mídia e sobre sua liberdade de expressão particular.

8. Como garantir a criação e a adoção de medidas efetivas, de acordo com a necessidade, para enfrentar a representação inadequada ou torpe de mulheres, grupos étnicos e segmentos sociais mais vulneráveis e marginalizados por parte da mídia?

9. Como impedir que a publicidade comercial exerça influência danosa, estimulando a consolidação da lógica da mercadoria sobre a lógica dos direitos humanos, perante o conjunto da sociedade, sem que isso signifique restrição à liberdade de criação e expressão?

10. Como garantir a participação efetiva por parte de todos os elementos da sociedade civil na preparação, implementação e avaliação de estruturas e políticas públicas de comunicação? Consultas e audiências públicas realizadas pelas instâncias do Estado, conferências locais, regionais e nacionais de comunicação, tendo a sociedade civil como principal protagonista, são algumas propostas que apontam nesse caminho.

11. Com quais mecanismos e processos pode-se garantir que as preocupações e reclamações públicas relativas à comunicação sejam ouvidas e atendidas? Tempo de antena não só aos partidos políticos (propaganda política), mas também às organizações sociais, ouvidoria de mídia e/ou comitês, *ombudsmans* (provedores dos leitores, ouvintes ou telespectadores), conselhos de programação, conselhos de leitores/ouvintes/telespectadores, conselhos de ética nos veículos e entidades representativas, conselhos de imprensa, entre outras propostas, são instrumentos já utilizados com êxito em experiências localizadas, que podem e devem ser ampliadas e aperfeiçoadas. Qual o papel que deveria ser desempenhado pelo Conselho de Comunicação Social (www.senado.gov.br/ccs)?

12. Como ampliar o acesso da população em geral às tecnologias da informação e comunicação (TICs) e/ou garantir que os benefícios destas sejam partilhados por toda a sociedade? Paralelamente a isso, como ampliar e aprimorar a rede de bibliotecas públicas e implementar políticas públicas que tornem a literatura mais acessível e atraente para a população? Como garantir que as TICs exerçam atuação relevante no processo de Educação em Direitos Humanos?

13. Como preservar e difundir o patrimônio cultural das populações tradicionais e de comunidades lingüísticas especiais, como danças, músicas, narrativas, grafismos e artesanato, literatura popular, expressões religiosas entre outras manifestações?

14. Como garantir que as pessoas com deficiência efetivem seu direito à comunicação? Nestes casos, qual deve ser o papel do Estado no respeito, na proteção e no provimento deste direito, bem como dos demais direitos humanos?

15. Rádios comunitárias, que são duramente reprimidas pelo Estado e sofrem verdadeiro cerco às suas atividades, possuem enorme potencial de contribuir para a realização do direito humano à comunicação das comunidades socialmente vulneráveis e de prestar outros serviços públicos relevantes. Que se pode sugerir no sentido de equacionar os direitos e interesses envolvidos na questão?

16. Como garantir a sobrevivência dos pequenos veículos (de imprensa e radiodifusão), como jornais, revistas, rádios e tevês de âmbito comunitário, além de veículos comerciais que não pertençam a grandes grupos empresariais, estimulando assim a diversidade de vozes e opiniões na esfera pública? Tal como é feito em outros países, devem ser destinados recursos públicos para esse tipo de mídia com o objetivo de promover e assegurar a liberdade de expressão das diversas correntes de pensamento existentes?

17. Por fim, como fortalecer práticas que favoreçam a apropriação do direito à comunicação por toda a população, superando a concepção da comunicação como um mero instrumento ou um espaço de intervenção apenas para “especialistas”?

Observação:

Os Grupos de Trabalho (GTs) puderam adaptar essas questões e formular outras quando entenderam que suas temáticas poderiam ser melhor tratadas com uso de outras problematizações.

Programação do Encontro

Local Auditório Nereu Ramos, Câmara dos Deputados, Brasília-DF

Quarta-feira, 17 de agosto

8h30 – Cerimônia de abertura:

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados,
Deputada **IRINY LOPES**

Representante do Fórum das Entidades Nacionais de Direitos Humanos, **IVONIO BARROS**

Subsecretário de Direitos Humanos – **Sr. MÁRIO MAMEDE**

Subprocuradora-Geral da República e Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão –

DRA. ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO

Coordenadora do Setor de Comunicação e Informação da UNESCO – **DRA. MARIA INÊS BASTOS**

Presidente da Associação Nacional dos Juizes Federais – AJUFE – **DR. JORGE MAURIQUE**

9h30 - Homenagem a alguns defensores de direitos humanos que deram a vida pelo seu povo e foram assassinados com armas de fogo.

Nomes projetados:

Eugênio Lyra – Advogado da Bahia

Paulo Fonteles – Advogado do Pará

Chico Mendes - Sindicalista do Acre

Margarida Alves – Sindicalista do Paraíba

João Batista Andrade – Advogado do Pará

Pe. Josimo Tavares – Religioso do Pará

Pedro Jorge Melo e Silva - Procurador da República em Pernambuco

Ewerton Monte Negro – Advogado do Espírito Santo

João Canuto – Sindicalista do Pará

Valdício Barbosa – Trabalhador rural do Espírito Santo

Verino Sossai - Trabalhador rural do Esp. Santo

Santo Dias – Sindicalista de São Paulo

Gilson Nogueira – Advogado do Rio Grande do Norte

Irmã Dorothy – Religiosa do Pará

10h30 – Painel principal: Nova Ordem da Informação e Direitos Humanos: trajetória histórica do conceito

Expositores:

Sr. **Marco Antonio Rodrigues Dias** (Universidade das Nações Unidas)

Sr. **José David Salomão Amorim** (lesb)

Sr. **Murilo César Ramos** (Lapcom- Universidade de Brasília)

Debatedores:

Sra. **Cicília Peruzzo** (Intercom)

Sr. **Luiz Gonzaga Motta** (Núcleo de Estudos de Mídia e Política - UnB)

14h15 às 17h - Painéis Simultâneos

Painel 1 - *Direito Humano à Comunicação e Políticas Públicas*

Foram debatidas as iniciativas do Estado e da sociedade civil para garantir o Direito Humano à Comunicação, entendido como o direito que a pessoa tem de se expressar,

manifestando sua identidade civil, política, econômica, social e cultural. Também foram discutidas medidas que visem assegurar que concessionários de radiodifusão e outros veículos de comunicação respeitem os direitos humanos em suas programações, sem prejuízo da liberdade de expressão.

Coordenador: Murilo Ramos

Expositores: Sérgio Murillo de Andrade (Fenaj-FNDC) e Gustavo Gindre (Indecs)

Debatedores: João Brant (Cris) e Ela Wiecko Volkmer de Castilho (PFDC-MPF)

Painel 2 - A Importância da Comunicação na Educação em Direitos Humanos

Espaço de poder e sociabilidade, a mídia atua na formação da opinião pública em relação a valores, crenças e atitudes. Seu potencial para a educação em direitos humanos é tão forte quanto sua capacidade de difundir estereótipos contrários às conquistas expressas na Declaração Universal e na legislação em vigor. Como influir para que a mídia seja parceira nos esforços de educação para os direitos humanos?

Coordenador: Deputado Leonardo Mattos (PV-MG)

Expositores: Aída Monteiro (Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos) e Ricardo Henriques (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade)

Debatedores: Mara Régia (Radiobrás) e Washington Araújo (Senado Federal)

Painel 3: Gênero, Raça e Etnia na comunicação

A mídia parece desconhecer que a variável raça promove desigualdades entre brancos e negros. Mas, é necessário dizer que a mídia não está só nesta miopia: estudiosos e estudiosas também não olham esse aspecto com a devida nitidez. A mídia sabe cobrir o poder, sobretudo no plano político. Cobre Brasília, partidos políticos e uma parcela institucional muito reduzida da sociedade. Mas quando é pautado um debate sobre educação ou saúde, poucos na redação pensam em procurar lideranças comunitárias para que exponham propostas inovadoras que estão sendo desenvolvidas país a fora. Isto quer dizer: o mapa da sociedade civil não está na redação. Aqui é preciso acrescentar: o mapa, com os recortes de gênero e raça, também não estão nos veículos de comunicação.

Coordenador: Dep. Ana Guerra (PT-MG)

Expositoras: Nilza Iraci (Geledés, Instituto da Mulher Negra)

Jacira Melo - Instituto Patrícia Galvão (Comunicação e Mídia)

Debatedores: Guacira César de Oliveira (Cfemea) e Iradj Eghrari (Comunidade Baha'i)

Painel 4: Estado Federal e a implementação dos tratados sobre direitos humanos

Os instrumentos e mecanismos de defesa, proteção e promoção dos direitos humanos têm sido ratificados na mesma medida em que também crescem as dificuldades de implementá-los no âmbito do Estado Federal, compreendido a União, Estados e Municípios e as responsabilidades de todos os entes federados diante da violação dos direitos humanos no Brasil. A cada ano, ocorrem novas recomendações e decisões decorrentes dos mecanismos de fiscalização e monitoramento do sistema internacional

de direitos humanos, seja global ou

regional, e a conseqüente dificuldade de implementação pelo Estado Federal como um todo, implicando diretamente na realização dos direitos humanos.

Coordenador: Dep. Geraldo Thadeu (PPS-MG)

Expositores: Flavia Piovesan (CDDPH) e Eugênio Aragão (MPU)

Debatedor: Francisco Sales (Conselho Nacional dos Procuradores Gerais de Justiça)

17h – 17h15 – Intervalo para café

17h15 às 19h30: Grupos de Trabalho

Os nove Grupos de Trabalho corresponderão aos objetos de documentos da sociedade civil e visitas oficiais de monitoramento de direitos no Brasil este ano.

10.GT Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

Esse GT pretendeu identificar a real situação das mulheres brasileiras, em especial daquelas em desvantagem social - índias, negras, encarceradas, empregadas domésticas, rurais, lésbicas, jovens, idosas, trabalhadoras - e avaliar a eficácia das ações e políticas do Estado brasileiro em cumprimento à CEDAW e às recomendações do Comitê CEDAW de 2003. Pretende também apontar medidas necessárias e adequadas ao pleno e efetivo cumprimento da Convenção para eliminar a discriminação contra mulheres nas esferas pública e privada e assegurar a igualdade entre mulheres e homens.

*11.GT Relatório da sociedade brasileira sobre implementação do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – **Este grupo foi aglutinado ao grupo 08 - Estado Federal e implementação dos tratados internacionais de direitos humanos***

O grupo teve por objetivo debater o papel da sociedade civil no monitoramento dos compromissos assumidos pelo Estado Brasileiro no que se refere ao Pacto Internacional dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais, o Contra Informe PIDCP (Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos) e o Informe Alternativo PIDESC (Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais). Em recente informe, a Representação Regional do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas para a América Latina e Caribe observou que, embora haja alguns avanços desde a Constituição de 1988, o Brasil ainda encontra-se em uma situação de

pobreza extrema, onde 42% da população vive em moradias inadequadas, sem abastecimento de água suficiente ou saneamento básico e 50% vive em comunidades não estruturadas (assentamentos e moradias ilegais).

Outras inúmeras preocupações relativas as violações aos direitos econômicos, sociais e culturais foram relatadas pelo Comitê que recomendou, em 2003, que o Estado Brasileiro adotasse medidas urgentes para corrigir as discriminações contra afro-brasileiros, povos indígenas, grupos minoritários e mulheres, especialmente em matéria de emprego, saúde e educação, e que no próximo informe apresentasse ao Comitê informações pormenorizadas, inclusive com dados estatísticos comparados.

12. GT Combate à tortura

O grupo debateu o relatório sobre tortura encaminhado ao Comitê Contra a Tortura (CAT/ONU), visando socializar, atualizar e complementar as informações. Não obstante ser o Brasil signatário da Convenção para eliminação da tortura e outros tratamentos e penas cruéis, desumanos e degradantes, e de estar vigindo a Lei 9.455/97, a prática da tortura persiste nos distritos policiais e nas prisões, conforme demonstrou o “Segundo relatório brasileiro sobre o Pacto de Direitos Cíveis e Políticos” apresentado às Nações Unidas. Os Estados Parte da Convenção estão obrigados a encaminhar relatório anualmente. Segundo o Guia Geral para relatórios adotado pelo Comitê (CAT), os relatórios deverão conter uma primeira parte com informações relativas às ações do Estado. Outra será dedicada à implementação da Convenção, incluindo quaisquer mudanças na legislação que prejudiquem a realização dos objetivos da Convenção, casos judiciais que influenciem na sua aplicação, além de medidas políticas ou jurídicas de reparação ou compensação às vítimas. Segundo o relator especial da ONU contra a Tortura, trata-se de um problema global, cuja solução resultará não da ação isolada dos Estados, mas do esforço conjunto nos níveis internacional, nacional e local, o que nos impõe a todos ampla discussão na formulação de propostas para eliminar a tortura no Brasil e a impunidade dos seus perpetradores.

13. GT Violações de direitos humanos na mídia

O grupo visou estabelecer um diálogo entre os militantes de diversas áreas dos direitos humanos e militantes do direito humano à comunicação para debater mecanismos de exigibilidade voltados à proteção e combate à violações veiculadas na mídia. O GT deverá produzir um mapeamento dos mecanismos e órgãos existentes (como o Ministério Público e a Campanha "Quem financia a baixaria é contra a cidadania") e apresentar sugestões aos atuais e a novos instrumentos. Também contribuirá nesse esforço, a sistematização de experiências de respostas a representações inadequadas de grupos minorizados e violações explícitas dos direitos humanos nos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação.

14. GT Direito Humano à Comunicação: conceituação e indicadores

Este GT foi mais voltado ao aprofundamento e delimitação de quais conceitos conformam o direito humano à comunicação e quais indicadores podem ser usados como referência

para a sua realização. Buscou formulações mais específicas sobre o direito humano à comunicação, sua definição, delimitação e propostas concretas de políticas e ações para sua efetiva realização. Incluiu a busca de uma estratégia de retomada do debate interrompido após a publicação do relatório MacBride.

15.GT Educação e Comunicação em Direitos Humanos

O grupo discuiu a primeira versão do plano elaborado pelo Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (SEDH), destinado a orientar as políticas públicas e ações da sociedade nessa área. Pretende o grupo reunir os setores interessados e apresentar propostas para o aperfeiçoamento da versão final, a ser apresentada no final do ano. A orientação para educação em Direitos Humanos é prevista em vários instrumentos internacionais, como na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu art. 26, no Pacto de DESC, art. 13, na Convenção sobre os Direitos da Criança, no art. 29, e na Declaração de Viena (1993). Caracteriza-se como processo de “treinamento e difusão de informações destinadas à construção de uma cultura universal dos direitos humanos, por meio de experiências compartilhadas e mudança de atitudes direcionadas ao fortalecimento do respeito aos direitos e liberdades fundamentais, de tal forma a proporcionar o desenvolvimento completo da personalidade humana e de seu senso de dignidade”.

A ONU adotou um programa de ação para as décadas de 1984-2005 relativo à educação em direitos humanos. Esse programa reúne cinco objetivos básicos, dentre os quais o fortalecimento da mídia popular. Recomenda que a educação em direitos humanos seja ação conjunta de entidades no âmbito internacional, regional, nacional e local, destinados a implementar a informação pública que promova a compreensão, tolerância, igualdade entre os sexos e amizade entre todas as nações, pessoas indígenas e grupos raciais, nacionais, étnicos, religiosos e lingüísticos.

16.GT Avaliação de políticas públicas de direitos humanos

Em debate a execução do II Plano Nacional de Direitos Humanos, a elaboração e revisão do Plano Plurianual, a atual execução orçamentária (a partir dos estudos do Inesc) e relatos de experiências setoriais e de governos estaduais.

17.GT Estado Federal e implementação dos tratados internacionais de direitos humanos

Este GT pretendeu aprofundar e delimitar as implicações que todo o arcabouço de direitos humanos, com seu marco legal e mecanismos de monitoramento e fiscalização. Quais mecanismos podemos definir para a efetiva realização desses instrumentos pelo Estado Federal? Buscaremos formular propostas de políticas, ações e a construção de novas institucionalidades? Como o Estado brasileiro tem ratificado a maioria dos tratados de direitos humanos e se submetido ao monitoramento e fiscalização, torna-se necessário para o movimento social definir e delimitar novos meios que assegurem a implementação desses instrumentos.

9. GT Defensores de Direitos Humanos

Esse GT pretende levantar subsídios para o Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos que está em fase de elaboração, além de reunir elementos para preparar informe à relatora da ONU sobre o tema. Abordaremos aspectos como o próprio conceito de defensor de direitos humanos, risco e vulnerabilidade (morte e ameaças), criminalização do defensor, unidade especial de defensores de direitos humanos/OEA. Em referência a essa matéria, o informe 2004 do Observatório para a proteção dos defensores de direitos humanos, órgão instituído pela Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH), revela que em todo o mundo, os defensores de direitos humanos têm sofrido ameaças em sua “integridade física e psicológica (tortura, ameaças de morte, agressão, assassinatos)”, em particular em função das políticas atuais de segurança dos Estados.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA) e a Comissão Direitos Humanos (ONU) tem revelado sua preocupação com a situação dos defensores na América Latina, considerada uma das regiões mais perigosas para estas pessoas. O art. 21, inciso 1.º e 2.º da Declaração das Nações Unidas dispõe que todas as pessoas têm o direito de participar de ações pacíficas contra as violações de direitos humanos e que é dever do Estado, por meio das autoridades competentes, protegê-las de qualquer violência ou ameaça no exercício desse direito. O debate, portanto, tem por fim contribuir para a construção de um sistema político e jurídico de proteção efetiva aos defensores de direitos humanos no Brasil.

Quinta-feira, 18 de agosto

Local: Auditório Nereu Ramos

8h45 – Lançamento de livros

Espaço aberto aos interessados em lançar obras relacionadas a direitos humanos e comunicação

9h às 13h – Plenária para apresentação de moções e denúncias

A palavra será aberta a todos os que se inscreverem no próprio auditório para propor moções, formular denúncias e informes

11h às 13h - GTs: revisão e relatório

Os relatores dos Grupos de Trabalho submeteram a primeira versão dos respectivos relatórios aos integrantes do GT para receber a redação final

11h às 13h - Preparação da “Carta de Brasília”

Elaboração das principais conclusões e análises do Encontro por uma comissão formada pelos organizadores do Encontro e relatores dos GTs.

14h – Exibição do vídeo da série: “Não é o que parece”

14h30 às 17h – Plenária final

Apresentação dos relatórios de cada Grupo de Trabalho, debate e aprovação da Carta de Brasília.

17h – Encerramento

Entrega da Carta de Brasília ao Subsecretário de Direitos Humanos, Mário Mamede.

PARTICIPANTES DO “ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS”

17 e 18 de Agosto de 2005

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Aderbal Rodrigues	FACITEC	Estudante
Adeyde Maria Viana	SEDH/PR	CGPDDH
Adriana Soares dos Santos	UCB	Estudante
Aerton Luiz Cipriano Guimaraes Junior	UnB	Imprensa
Aída Maria Monteiro Silva	Comite Nacional de Educação- Presidência da República	Coordenadora
Alan Paulo Rêgo da Silva	IESB	Estudante
Aldo Rufino da Silva	TRF 1	Analista Judiciário
Aleana Pastro	CEF	Analista
Alessandra Gomes da Silva	IESB	Estudante
Alessandra Rabelo Haber Costato	UNIP	Estudante
Alex da Silva	UnB	Estudante
Alexandra da Silva	IESB	Estudante
Alexandre Lopes Mendes	IESB	Estudante

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Alexandre Retamar Barbosa	INEP/MEC	Assessor de Imprensa
Alice Libardoni	Agende Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento	Assesora Técnica
Alicia Reigada Blaizola	Universidade de Sevilla	Pesquisadora
Aline Fernanda Peressin Costa	IESB	Estudante
Aline Hanriot e Bandeira	IESB	Estudante
Aline Rodrigues Alencar	CEF	Analista
Aluizio Martins dos Santos	CDHMP	Vice-presidente
Álvaro Cassio Mesquita Gerin	INESC	
Amanda de Souza Oliveira	IESB	Estudante
Amarlúcia Ferrira do Carmo	Com. De Defesa dis Direitos Humanos, cidadania, ética e decoro Parlamentar da CL do DF	Assesora Técnica
America de Melo M Maia	IESB	Estudante
Ana Carolina Ribeiro Barcelos de Castro	IESB	Estudante
Ana Cláudia Luz	Câmara dos deputados	Jornalista
Ana Flávia Rocha de Mello e Souza	ABRANDH	Assesora jurídica
Ana Luisa Ricci Bardi Calado Neca	LAPCOM-UNB	Colaboradora
Ana Luiz dos Santos Dias	Câmara	Servidor Público
Ana Luiza Zenker Dall'igna	UnB	Estudante
Ana Maria Caracode	Sec Est Justica ES	Coordenadora
Ana Maria Corso	Com. Dir. Humanos Câmara Mun. Vereadores	Vereadora
Ana Paula da Silva Viana	IESB	Estudante
Ana Paula de Oliveira Barros	IESB	Estudante

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Ana Rita Teles Campos	IESB	Estudante
Ana Suely Gadelha da Frota		Estudante
Ananda Gonçalves Vieira	Conselho Federal de Serviço Social	Assessora de comunicação
Anderson de Oliveira Alarcon	Min. Da Justiça	Assesor
André Luz	Mandato Chico Alencar	Sec. Parlamentar
André Nogueira Castro de Barros	UFSCAR	Estudante
Andrea Mesquita de Menezes	AGENDE	Assessora
Andrea Torres	Conselho Regional de Psicologia SP	Conselheira
Angela Junck da Silva Oliveira	PMDF	Sargento
Angela Maria de Oliveira	ANATEL-Ouvidoria	Assessora
Angela Pires Pinho	Movimento Nacional de Direitos Humanos	Assistente de Pesquisa
Ângela Stanguerlin Chemin	Gab. Dep. Adão Pretto	Sec. Parlamentar
Anna Cristina Bittencourt Pérez	Subsecretaria de DH	Assesora Técnica
Antônio Carlos Paiva Futuro	Min. Do Planejamento	Ass. Técnico
Antônio dos Santos	Assembléia Legislativa	Deputado
Antônio Pedro de Almeida Neto	Comissão de Direitos Humanos OAB/PI	Presidente/Coordenador
Antônio Ruiz Barbosa	GDF	Subsecretário dos DH
Aparecido Ferreira Leite	Igreja Voando com os querubins da Glória	Pastor
Apeles Parbelo	Câmara dos deputados	Chefe Serv. Adm.
Apolinar Aguilar	Embaixada da Bolívia	Conselheiro
Araceli M Pereira Lemos	Assembléia Legislativa do Pará	Comissão de Direitos Humanos

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Arênivel Oliveira Moura	AMB – Ass. Municipalista do Brasil	Secretário e assessor
Ariston Rocha	FACITEC	Estudante
Aristóteles Pinheiro Libanio	Associação Cidadão do Mundo	Coordenador
Artur Artin Artianin Depanian	Caros Amigos	Representante
Berenice Bento	UnB	Professora
Bernadete Aparecida Ferreira	Casa da Mulher 8 de Março	Articuladora/Coordenadora
Bianca Moura Santos	IESB	Estudante
Breno Izídio Rufino	Escola La Salle	Estudante
Breno Lima Moreira	UnB	Estudante
Bruno Alves de Souza	Assembléia Legislativa ES	Assessor
Bruno Hernade de Medeiros	IESB	Estudante
Bruno Macedo Ferreira	IESB	Estudante
Caio Cezar Camara de Oliveira	CEUB	Estudante
Camila Alencar Gomes	IESB	Estudante
Camila de Magalhães e Andrade	IESB	Estudante
Camila Ribeiro Rabelo da Silva	UnB	Estudante
Camilla Arruda Peres do Carmo	UNIEURO	Estudante
Carla Gabriela Lucas	FACITEC	Seminarista
Carlos Alberto da Costa Braga	UNEB	Coordenador
Carlos Daniel Dell Santo Seidel	Comissão Bras. De Justiça e Paz/ CNBB	Secretário Executivo
Carlos Fernando Marcondes Goulão	Câmara	Jornalista
Carlos Liberto	FACITEC	Estudante
Carlos Rodrigo Liberato	IESB	Estudante
Carlos Vinicius Brito Reis	ANATEL-Ouvidoria	Especialista em Regulação
Carmen Lúcia da Costa	UCB	Estudante

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Carolina de Campos Melo	SDH/56/PR	Assessora Institucional
Carolina Luvielmo Lopes	IESB	Estudante
Cassia da Silva Relva	UCB	Estudante
Celina Ribeiro Coelho da Silva	UnB	Estudante
Cicilia Maria Krohling Peruzzo	UMESP	Professora
Cintia Magalhaes da Silva	UFG	Estudante
Clademir Ricardo Lazzaretti	Câmara dos Deputados	Assistente de Orçamento
Claudeci Pereira dos Santos	UnB	Pedagogo
Cláudia Andrade de Assis	Instituto Superior de Educação Nossa Sra de Lourdes	Diretora Financeira Adm.
Cláudio Ignácio	Senado Federal	Sec. Parl.
Claudio Luiz Beirão	CIMI	Assessor Jurídico
Claudiomiro Ambrosio	Assembléia Legislativa RS	Coordenador
Clayton Alves de Faria	Missão Resgate/Comunic-DF	Presidente
Clea Maria Macedo Souza	Tribunal Reginal Federal - 1ª Região	Analista Judiciário
Cleivaldo de Sousa Silva	ONG. Araguaina CPT	Colaborador
Clenio Von Michlen	MNLM	Vereador
Crescio Silva Freire	Conselho Tutela do Gama	Conselheiro
Cristiano de Oliveira	Gabinete Dep Adão	Assessor
Cristina Machado da Costa	IESB	Estudante
Cristine Izídio Rufino	Secretaria de Educação do DF	Supervisora Escolar
Dâmares Ferreira Vaz	IESB	Estudante
Daniel de Sena	UNIEURO	Estudante
Daniela F Garrossini	UnB	Pesquisadora

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Daniela Frante	Secretária de Direitos Humanos – PR	Assessora Técnica
Daniella Fernandes Barbosa	Universidade Católica de Brasília	Estudante
Danielle Belicha Fonseca	confederação Israelita do Brasil - CONIB	Representante em Brasília
Danilo Ronaldo dos Santos Bicalho	ENECOS	Coord. Regional
Darci Frigo	Terra de Direitos	Coordenador
Débora Bithiah de Azevedo	Câmara	Consultora Legislativa
Deborah Kury Furtado	IESB	Estudante
Denise Caputo	ANDI-	Assistente Editorial
Denise Lúcia Camatari Galvão	UnB	Pesquisadora
Deputada Fátima Bezerra	Câmara dos Deputados	Deputada
Dhiliã Hellen Silva Azevedo	ICESP	Estudante
Diândria Daia	Na Prática	Repórter
Diany Dias Icassatte Marques	UNIP	Estudante
Diego de Araújo Mendonça	IESB	Estudante
Dilamar Machado	Assembléia Legislativa RS	Jornalista
Dioclécio Luz	Sindicato dos Jornalistas do DF	Diretor
Diogo de Melo Ribas	IESB	Estudante
Diogo Ferreira Alcântara	SOS Imprensa	Imprensa
Dionilso Marcon	Dep Est RS	
Dominique Belbenail	IESB	Estudante
Doniely Raig	FACITEC	Estudante
Edelcio Vigna	INESC	Coordenador

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Édison Flávio Fernandes	MRE	Oficial de Chancelaria
Edmilson Felisberto de Freitas	Lid. do PT na câmara	Jornalista
Edna Calabrez Martins	Forum de Mulheres do Esp.Santo	Coordenação Executiva
Eduardo Felício Barbosa	Câmara	Funcionário Público
Efigênia Magda de Oliveira Moura	Conselho Estadual de Direitos Humanos-São Luiz-MA	Conselheira
Elaine Marinho Faria	Liderança do PPS	Assessora
Elba Trindade Araujo Castro e Silva	Academia de Policia Civil do Distrito Federal	Instrutos de Qualidade
Eliana Souza de Amaral Soares		Advogada
Eliane Consuêlo Santos	IESB	Estudante
Elias Castro Castilho	Câmara dos Deputados	Assessor
Eliene	UNIP	Estudante
Elisabeth Leite Ribeiro	Assoc Bras de Mulheres da Carreira Jurídica	Membro
Elizamar Urbano da Silva	UNIDF	Estudante
Elizangela Vasconcelos Borges	UNIP	Estudante
Elza Satomi Ito	INSS	Chefe de Divisão Gestão de Carreira
Emanoel Esquivel de Santana	UNIEURO	Estudante
Emanuelle da Silva Rocha	Universidade Catolica de Brasília	Estudante
Emília Magalhães	RADIOBRÀS	Ouidora
Enrique Harley Souza Villalobos	UNIEURO	Estudante
Ernesto Marques	Ass. Bahiana de Imprensa	1º Secretário

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Eude dos Santos Oliveira	Câmara	Advogado
Eujone Magalhães Furtado	OAB	Advogada
Evandro Viana Gomes	ANAJUS – Brasil	Diretor-Executivo
Evelyn Teixeira Costa	Comunidade Baha'i do Brasil	Pesquisadora
Fábio dos Santos	Conselho Estadual de Direitos Humanos	Presidente
Fábio Izídio dos Santos	Ordem Espiritualista Cristã	Coordenador
Fabio Vianna do Prado		
Fabília de Moraes Belo	Cons. Dos direitos do Idoso do DF	Assessora
Fabício Schuch Lima	UNICEUB	Estudante
Fabyanne Nabofarzan Rodrigues	UCB	Estudante
Fco Javier Moreno Galvez	UnB	Estudante
Felipe João Gremelmaier	Câmara dos Vereadores de Caxias do Sul-RS	Vereador
Felipe Linhares Sobreira de Oliveira	IESB	Estudante
Fernanda Bento Rebouças	IESB	Estudante
Fernanda Maria Gomes Pierreccetti	Conselho dos Direitos do Idoso	Assesora
Fernanda Vasques Ferreira	UnB	Estudante
Fernando de Almeida Martins	MPF-MG	Procurador da República
Fernando José de Medeiros	Câmara dos Deputados	Analista Legislativo
Fernando Oliveira Paulino	FAC-UnB	Professor Universitário
Filipe Thadeu Coutinho Lázaro Furtado	IESB	Estudante
Flávia Agrello Silva	UCB	Estudante
Flávio Bezerra de Souza	UnB	Estudante

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Flavio Luiz Schiech Valente	Abranda	Coordenador Técnico
Flávio Martins Braz da Cruz	IESB	Estudante
Flávio Silva Gonçalves	Com.	De Cidadania e DH – ALES
Francisca Wilson Ximenes Lima	UCB	Estudante
Francisco Sadeck	INESC	Assesor Orçamento
Fransisco Castro Neto	Câmara dos Deputados	Assessor
Gabriel Izídio Rufino	La Salle	Estudante
Gabriela Magalhães Ramos	UNIEURO	Estudante
Gabriele Cipriani	CONIC	Secretário
Gedimar Pereira Passos	OAB	Advogado
Geralda Pereira da Silva	Grupo de Mulheres Negras Malunga	Coordenadora Exec.
Geraldo da Costa Junior	Coordenadoria Nacional I P Port. Defic.	Supervisor
Geraldo Perfeito Peluzio	IESB	Estudante
Gesa Linhares Corrêa	CNTE e SEPE/RJ	Diretora executiva
Gidalti Oliveira Moura	Jornal Folha dos Municípios	Superintedent e
Gilson Cardoso	FCDDH Bento Rubião	Coordenador
Gilvaci Rodrigues Azevedo	UNICEUB	Professora
Gilvaldar de Campos Monteiro	INSS	Chefe de RH
Giovana Santos Simoni	IESB	Estudante
Giovani Mendonça Lunardi	Com. Justiça e Paz / Rondônia	Membro
Giovanna Assunção Junqueira	IESB	Estudante
Gisele Davi Diniz	IESB	Estudante

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Glaucia Gomes	DGU/CGU/PR	Assessora de Imprensa
Gláide Selam da Hora	Advocaci	Advogada Coord Executivo
Grabriella Menezes Campos	IESB	Estudante
Graciela Baroni Silaimen	RITS	Consultora
Grasielle Dias Carvalhedo	IESB	Estudante
Guilherme Angel Ribeiro	Esc. Téc. do Gama	Estudante
Guilherme David de Oliveira	CEUB	Estudante
Guilherme Santos de Castro	IESB	Estudante
Gustavo Rick Amaral	IESB	Estudante
Hédel de Andrade Torres	IMDH- Instituto Migrações e Direitos Humanos	Advogado / Professor
Helder Nozima Pereira	Radiobrás	Reporter
Helena Costa	KOINONIA	Assistente de Comunicação
Helena de Lima Beraba Fatureto	Senado Federal	Subchefe de Gabinete
Helena Lúcia Cochilcer da Silva Araújo	Procuradoria Federal Direitos do Cidadão	Assessor
Heline Belchior Guimarães		
Helissa Aguiar Machado	IESB	Estudante
Heloisa de Oliveira Caixeta	IESB	Estudante
Henilda Balduino de Sousa		Advogada
Henrique Barros Joca	Secret Educação DF	Gerente Ens Medio
Henrique Cortat de Souza Campos	IESB	Estudante
Henrique Ferreira Amaral	IESB	Estudante
Hilton Soares Sacerdote	Aspar. PCDF	Assessor Parlamentar

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Honaldo Santos Leal	Câmara	Téc. Em segurança do trabalho
Hudson Gomes de Paula	Câmara dos deputados	Tec. Legislativo
Hugo Menezes de Mattos	IESB	Estudante
Iana Paula Felipe	INESC	Assistente de Políticos
Iaris Ramalho Cortes	CFEMEA	Assessora Técnica
Idelcia Maria de Mattos Vidal	Centro uni. UNIEURO	Coordenadora / Professora
Ieda Maria Jaber de Magalhães	UNIEURO	Estudante
Ines Mindlin Lader	Comiss Munic DH - SP	Assessora Técnica
Inoilson Queiroz	IESB-DF	Estudante
Iracema	UNIP	Estudante
Iracema Maria Motta Brochado	CRESN	Assessora
Ireneo Andres Barboza	OSAFF	Vice Presidente
Irenilda Oliveira Costa	Camara dos Deputados	Assessora Parlamentar
Irina Feitosa Vidal	IESB	Estudante
Iris Warta Gonzaga Mota	Curso Promotorias legais populares	Cursista
Irlane Maria Rodrigues da Costa	SEAS / DF	Psicóloga
Irma Maria Gabriella Prima	Pastoral Carcerária-CJP	Coordenação
Isa Karolina Santos Sampaio	PressMidia	Jornalista
Isaac Heber S. Azevedo	AEUDF – UNIDF	Estudante
Isabel Cristina de Lima Felicio	Câmara dos Deputados	Auxiliar de Gabinete
Isabela Freire Wanderley		
Isabela Junqueira Vargas	UnB	Estudante

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Isabela Morais de Araújo Pinheiro	IESB	Estudante
Isaias Santana da Rocha	M. Nac de Direitos Humanos	Coordenadora
Italo Cardoso Araújo	Comissão Direitos Humanos da Assemb. Legislativa de S. Paulo	Presidente
Ivonete Kurten	Paulinas Editora	Diretora de Redação
Ivy Gomes da Silva Timo	IESB	Estudante
Jacira Vieira de Melo	Instituto Patrícia Galvao	
Jairo Alves Botelho	FACITEC	Estudante
Jalila Arabi	FACITEC	Estudante
Jaqueline Santos Lima	SOS Imprensa	Repórter
Jeziel da Silva Nascimento		Professor
João Areis Rude	LBV	Jornalista
João Carlos Araújo Santos	conselho Estadual dos Direitos do Negro - CEDINE - RJ	Presidente
João Felipe de Medeiros Neto	IESB	Estudante
João Frederico dos Santos	Movimento Nacional de DH	Coordenador
João Lúcio Bellard Freire	Prefeitura de Palmas	Assessor de DH
João Rodrigues Borges	UNIEURO	Estudante
Joaquim Carlos Carvalho	Ass. Brasileira de Radiofusão Comunitária- ABRAÇO	Coor. Jurídico
Joelma Cezário	Associação Lésbica Feminista de Brasília	Diretora de Projetos
Joelson Dias	CDNH/OAB	Advogado
Joilse Gomes Santana	OAB/RN	Conselheira

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Jonicaez Cedraz de Oliveira	FNDC-BA	Coordenador executivo
Jorciane S de O Gamba	MNDH	Coordenadora/advogada
Jorge Antônio de Oliveira Francisco	PMDF	Ass. Parlamentar
Jorge Antônio Mota	Câmara	Assesor
Jorge Fernandes da Silva	Câmara dos Deputados	Analista Legislativo
Jorge Fernandes Sousa Silva	UNIP Universidade Paulista - Direito	Universitário
José Alves de Oliveira	Secret. De Educação do GDF	
José Alves dos Santos Cannabrava	Jornal do Brasil	Jornalista
Jose Arnor Brito Silva	PPS	
José Botelho Neto	IESB	Estudante
José Carlos de Sá Junior	Câmara dos Deputados	Assessor de Imprensa
José Eduardo Elias Romão	Min. Da Justiça	Diretos
José Estanislau Vilela	Gab Dep Maria do Carmo Lara/MG	Chefe de Gabinete
José Francisco Barbosa Oliveira	SINPRO	Professor
José Gomes Santana	Câmara dos Deputados	Assessor Parlamentar
José Henrique de souza		Garçon
José Luíz Baggio Nicola	ACEC Baraúnas	Consultor
José socorro Menezes	Rádio Cultura	Membro da Diretoria
José Teógenes Abreu	Câmara dos Deputados	Assessor Parlamentar
José Wellington Barreto	OAB/ RN	Advogado
Jose Willamis Batista Leite	UNIP	Estudante
Josefina Serra dos Santos	Serra Advogados S/C	Advogada

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Josiliny Barros Andrade	Câmara dos Deputados	Auxiliar de Gabinete
Jozilda Marques de Faria Santana	Secretaria de Estado de Educação DF	Professora
Juan Rodrigues Urras Cruz	Igreja Assembléia de Deus	Superintendente Escola Bíblica
Júlia Chevallier Freire	CEUB	Estudante
Julia Cunha Borba Santos	IESB	Estudante
Júlia Rodrigues Lírio	UnB	Estudante
Juliana Bastiani Seiffert	IESB	Estudante
Juliana Camelo da Silva	IESB	Estudante
Juliana de Melo Borges	Conselho Federal de Psicologia	Coordenadora Técnica
Juliana dos Santos Boechat	IESB	Estudante
Juliana França Marindo	Câmara dos Deputados	Analista Legislativo
Juliana Soares Mendes	SOS Imprensa	Imprensa
Julio Cruccioli	Casa de Cultura	Diretor Teatral e Produtor Cultural
Jurilza Maria B. De Mendonça	Subsecretaria de Direitos Humanos PR	Assessora Técnica
Karen Lucia Borges Queiroz	Associação Lésbica Feminista de Brasília – Coturno de Vênus	Assessora de saúde
Karla Patrícia Vieira de Lucena	UCB	Estudante
Karla Tais Araujo	FACITEC	Estudante
Katia Fernanda	UNIP	Estudante
Kelen Vanzin Moura da Silva	Assembléia Legislativa-PR	Assessora de Imprensa
Kelly kotlinski Verdade	Assoc. Lésbica Feminista de Brasília-Coturno de Vênus	Diretora Executiva
Kenia Rezende Lima	Pastoral Carcerária	Jornalista

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Kettyplyn Kamila Sanches	UFMT	Professora
Keyla Reis de Oliveira	UCB	Estudante
LamLam Augusta	Associação de Lésbicas Feministas de Brasília	Diretor de Cultura e Transexualida de
Larissa Papa Rodrigues	IESB	Estudante
Lauana Batista Tavares	UnB	Estudante
Leandro Alberto Lima Duarte	IESB	Estudante
Leandro Cipriano Doira Brandão	IESB	Estudante
Leda Mercia Lopes		Estudante
Leila Cardoso	FACITEC	Estudante
Leila R Lopes	Acarito LGBT-RS	Coordenadora Geral
Leiliane Critina Lopes Rebouços	Inst. De Estudos Socioeconômicos- INESC	Estagiária
Leonardo Belfort S C C Leite	IESB	Estudante
Lerie Teixeira Sousa Gonçalves	Câmara Municipal de Ipatinga	Vereadora
Letícia de Oliveira Vítola	IESB	Estudante
Levi Batista Ferreira	Câmara dos Deputados	Técnico Legislativo
Leyberson Lelre Cháves Pedrosa	Jornal Campus	Imprensa
Lígia Félix da Silva	Instituto Migrações e Direits Humanos	Secretaria
Lígia Moura da Silva	UCB	Estudante
Lilian Regina Almeida Bastos	IESB	Estudante
Lisandra Arantes Carvalho	CFEMEA	Assessora
Lisandra Arantes Carvalho	CFEMEA	Assessora Parlamentar
Lívia Souza Jacobina	IESB	Estudante
Luana Rodrigues da Silva		

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Lucia Nader	Conectas Direitos Humanos	Coord Relações Internacionais
Lucila Bandeira Beato	SDH/ Secretaria Geral / PR	Coordenador Geral
Lucila Gerúndio de Azevedo	IESB	Estudante
Lucilaine Nogueira Gonçalves	Comissão de Direitos Humanos - RS	Assessoria
Ludmila da Rocha Branco	UNIEURO	Estudante
Ludmila Mendes	IESB	Estudante
Luis Sérgio Monteiro Terra	Folha de Brasília	Jornalista
Luiz Antônio Simonetti Gomes	Petrobrás	Prof. Comunicação Social
Luiz Carlos Kreutz	Câmara dos Deputados	Assessor Técnico
Luiz Cláudio Rodrigues Menezes	Câmara dos Deputados	Secretário Parlamentar
Luiz Linhares	Jornal do Brasil	Repórter
Luiz Marcos Medeiros Carvalho	Conselho Estadual de Direitos Humanos- Maranhão	Secretário Adjunto
Luiza Pinto de Maura Andrade	IESB	Estudante
Lujan Maria Bacelar de Miranda	CUT Nacional	Diretora Executiva
Luseni Aquino	IPEA	Téc. Planejamento e Pesquisa
Marcela Albuquerque Maciel	Advocacia Geral da união	Procurador Federal
Marcela Alcântara Noman		Psicóloga
Marcella de Sousa Moreira Cibeiros	IESB	Estudante
Marcelo Barbosa Santos	UnB	Historiador
Marcelo Camargo	FIESP	Assessor Legislativo

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Marcelo Dayrel Vivas	CONDEPE	Conselheiro
Marcelo Freitas	SPPH	Secretário Geral
Marcelo Freitas	SPPH	Secretário Geral
Marcelo Inácio de Sousa e Silva	Mov. Cearense pela Democratização da Comunicação	Coordenador
Marcelo Lucema	FACITEC	Seminarista
Marcelo Parreira Veloso Junior	UnB	Jornalista
Márcia Abreu da Silva	Com. De Legislação Participativa	Assessora
Marcia Fernandes Ribeiro	IESB	Estudante
Marcia Morgado Miranda	MPF	Procuradora da República
Marcos André de Oliveira	CEUB	Aux. Tec. Administrativo
Marcos Antônio Elenterio Monteiro	Canal 27	Jornalista
Marcos Dionísio Medeiros Caldas	Ouvidoria de Polícia	Ouvidor
Marcos Rogério de Souza	Gab. Dep. João Alfredo	Assesor
Marcos Vinícius Nunes Calado	Min. Da Saúde	Aux. Adm III
Marcus Vinícius Aguiar Macedo	MPF	Procurador da república
Marcus Vinícius Ferreira Pimental	Servidor Público	Técnico Adm.
Margarida Bulhões Pedreira Genevois	Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos	Fundadora
Maria Amália Baporita Gonçalves	IESB	Estudante
Maria Cecília Melo da Cunha	UCB	Estudante
Maria da Conceição Azevedo de Sousa	Conselho Titular	Conselheira
Maria das Graças Jacob da Silva	Associação das Mulheres de Vicente Pires	

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Maria das Graças Mariz Ramos	Câmara dos Deputados	Assessora Parlamentar
Maria de Jesus Amorim Farias	Comissão de Legislação Participativa CD	Jornalista
Maria de Jesus Sousa dos Reis	Câmara	Assessor técnico
Maria de Jesus Werneck Muniz	Comissão de DH / CL – DF	Assessora
Maria de Lourdes dos Reis Brito		Estudante
Maria de Nacaré Tavares Renaide	SEDH	Coordenadora de Educação
Maria do Carmo de Oliveira Ramos	CGDDHM	Conselheira
Maria do Carmo Lua	Câmara Federal	Dep. Federal
Maria do Carmo Peixoto	Academia de Direito / MRE	Ser. Pública
Maria do Carmo Santos	Ordem Espiritualista Cristã	Tutora
Maria do Socorro Cunha	Curso Promotorias Legais Populares	Assistente Administrativo
Maria do Socorro F Tabosa Mota	SDH/SG/PR	Assessora
Maria do Socorro Lopes S Passos	CEF	Consultora
Maria Dulce Valença de Affonseca	Science Po	Mestrando
Maria Eliane Menezes de Farias	Centro Dandara de Promotoras	Membro Consultivo
Maria Estela Dias Argolo	UnB	Professora
Maria Helena Eicher Vercílio	SDH / Projeto de apoio institucional	Administradora
Maria Ivonete Gomes do Nascimento	Ouvidoria Geral do min. Do Esporte	Ouvidora
Maria Jane Barreto	Ouvidoria Geral da União	Assessora
Maria José de Souza Paiva	Câmara dos Deputados	Analista Legislativo

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Maria Lucia Daniel de Faria	Câmara dos Deputados	Assessora
Maria Luiza Ribeiro Viotti	Min. Das Relações Exteriores	Diretora Geral do DDHTS
Maria Madalena da Silva Carneiro	Comissão de Direitos Humanos	
Maria Mello	MST	Comunicação
Maria N. Simele Antonello	MRE	Oficial de Chancelaria
Maria Silvia Bembom	UnB	Estudante
Mariana A G Branco	UnB	Estudante
Mariana Azevedo Alves	Conselho Federal de Psicologia	Estagiaria
Mariana Barros Rodrigues	UnB	Estudante
Mariana da Costa Peixoto	Fórum Nacional de Educação em DH	Pesquisadora
Marilda Barbosa Macedo Souza	IESB	Estudante
Marina Pimenta Spínola Castro	Subsecretaria de Direitos H/Pres.Repub.	Assessora de Comunicação
Marina Rodrigues Pereira Soares	UNICEUB	Estudante
Marlene Libardomi	AGENDE	Diretora Executiva
Marli Gonçalves Almeida da Silva	Igreja Pentecostal Voando com os Querubins da Glória	
Marlon Clementino de Leles Pereira	CEB	Eletricitário
Marlos Francisco Moraes de Lima		Jornalista
Marly Mascarenhas de Oliveira Bastos	ABE- Associação Brasileira de Educação	Membro do Conselho Diretor
Marta Almeida	Movimento Negro Unificado	Coordenadora
Marta Cereser Alejarra		

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Mary Caetana Aune	Comunidade Bahá'i do Brasil	Secretária Nacional Adjunta
Mathildes Pereira Ribeiro Castilho	Câmara dos Deputados	Assessora Parlamentar
Mauricio Pereira Jabus	IESB	Estudante
Maurílio Moreira da Rocha	Câmara Federal	Assesor
Mayra Aires da Silva	UnB	Estudante
Mayra Oliveira de Moraes	IESB	Estudante
Maysa Silva Nogueira	Universidade Católica de Brasília - UCB	Estudante
Melissa Navarro	Assoc. Lésbica Feminista de Brasília – Coturno de vênus	Diretora Financeira
Mercia Beatriz Miranda	Procur Federal Direitos Cidadão	Assessora
Meriane Aparecida Barbosa de Oliveira	IESB	Estudante
Michele Cristina Angelo Dantas Rocha	UCB	Estudante
Michelline de C Santos	LBV	Assistente Social
Miriana Helena Mayer Casali	Anced- Ass. Nac. Dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente	Assesora de Comunicação
Mirna Gondim M. Sales	SDH	Governadora Federal
Mirza Carla Oliveira Braga	UCB	Estudante
Monalisa Lacerda Silva	LBV	Assistente Social
Murilo Vilela Momniski	Subsecretaria DH/Pres. Repub	Assessor Internacional
Myllena Calasans de Matos	CFEMEA	Assessora Parlamentar
Nair Heloisa Bicalho Sousa	NEP	Coordenadora
Nalha Maria Roriz Brito	IESB	Estudante

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Natália Aurélio Vieira	UnB	Estudante
Natália Cruz	Centro Feminista de Estudos e Assessoria	Assessora Parlamentar
Natália Lepsch Kenupp de Souza	IESB	Estudante
Natany Dias	FACITEC	Estudante
Nathália Fonseca da Silva	IESB	Estudante
Nelson Luiz Ferreira Serra	IESB	Estudante
Nicélia de Sousa Milhomem Alves	IESB	Estudante
Nicolle Caroline Belchieur	CEUB	Estudante
Nielle Diniz Ribas	Comunidade bahá'i do Brasil	Ass. Parl.
Nildo Antônio da Silva	Igreja P. Vando Com querubinho	Plebiscito
Orlando Fernandes	ADNAM	Representante
Oswaldo Monte Filho	SSP-RN	Corregedor Geral
Otávio Chamorro Mendoza	Min. Da Justiça	Analista
Oto Filemon	SSP-GO	Gerente de Direitos Humanos
Patricia Maria da Silva Santos	LBV	Responsavel pelo grupo Jovem
Patrícia Monteiro	IESB	Estudante
Paula Gabriely Diniz Coêlho	IESB	Estudante
Paula Juliana Folbran Fialho	UnB	Pesquisadora
Paulo Henrique Dubinevir Filgueiras	IESB	Estudante
Paulo Henrique Lima	Rede de Informação 3º Setor	Diretor Executivo
Pedro Bezerra	Conselho Nacional de Igrejas Cristãs	Membro
Pedro Diniz		Assessor Parlamentar
Pedro H Pontual Machado	PETROBRAS	Consultor

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Pedro Izídio dos Santos	Ordem Espiritualista Crítã	Presidente
Pedro Jarbas da Silva	OAB/MA	Pres. Comissão DH
Pedro Noleto	Câmara dos Deputados	Direitos de Publicação
Pedro Rogério Melo de Lima	Ministério da Ciência e Tecnologia	Assesor
Pilza Iraci	Instituto da Mulher Negra	Coord Exexecutiva
Polyana Resende	AGENDE	Assessora de comunicação
Priscila Carvalho	CMI	Ass. Imprensa
Priscilla Maia de Andrade	AGENDE	Assessora Técnica
Rafael Adjuto de Melo	IESB	Estudante
Rafaela Pires Azza	IESB	Estudante
Railssa Alencar	ANDI	Coordenadora
Raimunda Aline Lucenor Gomes	Sinos- Organização Para o desenvolvimento da Comunicação Social	Coordenadora Executiva
Raimunda Núbia Lopes da Silva	CNTE- Conf. Nac. De Trabalhadores em Educação	Sec. De Políticas Sociais
Raissa F Teixeira	IESB	Estudante
Ramon Alguquerque Posto	IESB	Estudante
Raphael de Azevedo Mertens	IESB	Estudante
Raquel Colaço Sales	Núcleo Feminista / PPS	
Raquel Willadino Braga	Mov. Nac. De Dir. Humanos	Pesquisadora
Rebeca Monteiro de Souza Silva	IESB	Estudante
Regina Rodrigues Barbosa	Câmara dos Deputados	Assistente de Gabinete

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Reinaldo Pereira e Silva	OAB/ SC	Presidente
Renata Pelizon	Subsecretaria de DH – PR	Assessora Internacional
Renato Barros de Carvalho	FACITEC	Estudante
Renato José Pereira de Oliveira	Camara de Vereadores de Caxias do Sul	Vereador
Rene Gustavo Couto	IESB	Estudante
Richard Barlon	Emb. Britânica	Segundo Secretário
Robert Dieter	Embaixada da Alemanha	Conselheiro
Robert N Steiner	Embaixada da Suíça	Ministro
Roberta Lessa Amaral	Associação Muda Mundo	Tesouraria e administrativa
Roberta Rôcco	IESB	Estudante
Roberto Bastos	DRH	
Roberto Costa Araújo	Subsecretaria de Direitos Humanos – PR	Assessor Técnico
Roberto Monte	Centro de DH e Memória Popular	Coordenador
Rocio Stefson Neiva Barreto	Min. Da Saúde	Assistente
Rodrigo Noleto Henrique	CEUB	Estudante
Rodrigo Penha Mendonça	ESPAM	Estudante
Rolano Schmidt	Embaixada da Alemanha	Estudante
Romeu Aloísio Feix	Centro de Direitos Humanos de Palmas	Secretário Articulador
Ronaldo Victor dos Santos	PMDF	Ass. Parlamentar
Roque Grazziotin	MEC	Assessoria Parlamentar
Rosa Maria Bastiani Seiffert	IESB	Estudante

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Rosa Maria Pinto Amaral	UnB	Estudante
Rosa Mirah Araujo Gomes	IESB	Estudante
Rosana Maria Tenroller	Gab. Dep. Adão Pretto PT/ RS	Sec. Parlamentar
Rose Nogueira	Grupo Tortura Nunca Mais-SP	Presidente
Roseane Teixeira Viana	IESB	Estudante
Rosyel Cardoso Domiciano Santos	Conselho Estadual Direitos Humanos	Conselheiro
Rubem Roschel Pereira de Sousa	Justiça Global	Jornalista
Ruli Peluti	ANDI- Ag. De notícias dos Direitos da Infância	Coor. De Monitoramento
Ruth Maria Melo Alfaia	Câmara dos Deputados	Assessora Parlamentar
Ruthe Soares de Sousa	Igreja Pentecostal voando com os querubins Glória	Missionária
Ruy Felipe Figueira Conde	IESB	Estudante
Sanara Ferreira Barreto	IESB	Estudante
Sandra Mara A S Brito	SEAS	Assessora
Sandro Santos de Jesus	Ministério da Previdência Social	Assessor Parlamentar
Schermam Chuplu Miranda e Silva	TFTS	
Selma A Bastista	Forum Nac. Defesa Crianca e Adolescente	Secretária Executiva
Selmara Alves Lima	Promotoria Popular Legal	Estudante
Sérgio Murillo de Andrade	FENAJ	Presidente
Sérgio Suiama	MPF- Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão	Procurador Regional dos Direitos do cidadão
Sílvia Alvarez Cardoso	MNDH	Estagiária

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Silvia Campos	Liderança PP	Assistente Técnica
Silvio Barone	ASHOKA	Consultor
Solange Cavalcanti Pequeno	Câmara dos Deputados	Auxiliar de Gabinete
Solon Eduardo Annes	UNISINOS	Professor
Sônia Cleide Ferreira da Silva	Grupo de Mulheres Negras Malunga	Coordenadora Geral
Sonia Ferreira	UNIP	Estudante
Sonia Maria da Silva	CNTI	Sec p/ assunto trab. mulher
Sônia Palhares Marinho	CDMH	Assesora técnica
Suelen da Losto Bidinoto	UNICEUB	Estudante
Suelen dalosto Bioinoto	CEUB	Estudante
Suelen Gonçalves dos Anjos	UNICEUB	Estagiario
Suzana Cristina Leite	Câmara dos Deputados	Servidora
Sydma Aguiar Damasceno	Agência Nacional de Vig. Sanitária	Servidora Pública
Tania Maria Monteiro	Comissao de DH OAB	Membri
Tarciso da Silva Marque Filho		Estudante
Tatiana Christofoli Martins	IESB	Estudante
Tatiana Dias Coêlho	IESB	Estudante
Tayná Moreira de Souza Haudiquet	IESB	Estudante
Thais Carvalho	UNIP	Estudante
Thais Ferreira SanTos	UCB	Estudante
Thaís Framceschini	ABRANDH	Assistente de Direitos Humanos
Thaís Moyses Nogueira Rodrigues	Coturno de Vênus	Diretora
Thamis Dal Motin	IESB	Estudante
Thays Fernandes Lemos Paz	IESB	Estudante

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Themis Cristina Lobato de Lima	Ministério da Justiça	Analista
Thiago Amaral Minamiraiva	Depart. De Comunicação Social UFSC	Jornalista
Tirzá gelbcke Gupert	Secretaria de Educação do DF	Professora
Umberto Satyro	Fundação Hospitalar	Médico
Valdemir Freitas S. Oliveira		Aux. Administrativo
Valdete Rocha Sacramento	Câmara dos Deputados	Servidora
Valteir Marcos de Brito	Câmara dos deputados	Tec. Legislativo
Valter Gomes Campos	Academia de Polícia Civil-DF	Professor
Valter Viana	Câmara Municipal de Maringá	Vereador
Vera Lúcia Graldez Canabrava	Conselho Federal de Psicologia	Conselheira
Vera Lúcia Tiburcio da Silva	Secretaria de Educação do DF	
Veranne Cristina Melo Magalhaes	Câmara	
Virginia Canedo	Comitê Internacional da Cruz Vermelha	Encarregadora do Programa
Virgínia dos Santos Faustino	Câmara Federal	Secretaria Parlamentar
Viviane Henriques de Castro	IESB	Estudante
Waldecy de Carvalho Adórno Campos	GDF - Gerencia de Direitos Humanos	Assessora
Waldirene Gomes da Silva Gualberto	Sec Segurança Pública e Justiça	Assessora de Ger. Exec
Walisson Lopes Barreto	IESB	Estudante
Waltoir Monteiro Soares	Gerencia Executiva de Direitos Humanos	Assessor
Washington da Silva Simdes	UNIP	Estudante

NOME	INSTITUIÇÃO	CARGO
Wellington Luiz Tercetti Nunes Pereira		Estudante
Wellington O Vieira	IESB	Estudante
Wellington Pereira Carneiro	Alto Comissariado das nações Unidas para Refugiados	Oficial de Produção
Wellington Souza Costa	Polícia Militar	Soldado
Westei Condey Martin Júnior	Ministério Público de Pernambuco	Promotor de justiça
Wilson Dias	UNIP	Estudante
Wirlaeni Cacio de Sousa Santos	G R E S IMPERIO DO GUARA	Diretor Financeiro
Yasmine Cardoso de Macêdo	IESB	Estudante
Yvone Magalhaes Duarte	Conselho Federal de Psicologia	Coordenadora Geral
Zenáide Teixeira	Escola Classe 45	Merendeira
Zuazuro Gomes	Câmara dos Deputados	Fun. Público
Zuleide Ribeiro Bezerra	Fujioka	Laboratorista